



República de Moçambique
Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional

**ESTRATÉGIA E PLANO DE ACÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
2008-2015**

Segurança Alimentar e Nutricional, um Direito para um Moçambique Sem Fome e Saudável

Setembro de 2007

Índice Geral

ACRÓNIMOS.....	i
PARTE A – ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1
1 INTRODUÇÃO	2
1.1 Avaliação da Implementação da ESAN I	2
1.2 Fundamentação da ESAN II e a Definição da SAN	3
1.2.1 Abordagem integrada da SAN	5
1.3 Enquadramento da ESAN II	6
1.3.1 A ESAN II e as Políticas Nacionais.....	6
1.3.2 A SAN e as Políticas Internacionais	8
1.3.3 A SAN e o Direito Internacional	9
1.4 Custo da Insegurança Alimentar e Nutricional	10
2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ACTUAL DE SAN E TENDÊNCIAS	11
2.1 Choques e Mecanismos de Sobrevivência.....	11
2.2 Ligação entre Pobreza e SAN	12
2.3 Níveis de Desnutrição Crónica e Aguda.....	13
2.4 Obesidade.....	14
2.5 Impacto da Saúde na SAN	14
2.6 O impacto do HIV/SIDA na SAN	14
2.7 Contribuição do Meio Ambiente e Recursos Naturais na SAN.....	15
2.8 A SAN e os Bio-combustíveis	15
2.9 Água, saneamento e SAN	16
2.10 Reservas estratégicas de sementes e alimentos.....	16
2.11 Tipologia dos Grupos Vulneráveis	17
2.12 Descrição dos Grupos de Formas de Vida Mais Vulneráveis à InSAN crónica.....	17
2.12.1 AFs de subsistência muito deficitária	17
2.12.2 AFs de subsistência deficitária e de baixa renda	18
2.13 Outros Grupos Populacionais Vulneráveis à InSAN crónica	18
2.13.1 AFs com Qualidade de Dieta Pobre.....	18
2.13.2 AFs com Membros Sofrendo de Desnutrição.....	18
2.14 A Equidade de Género e Análise Inter e Intra AFs	19
2.15 Causas da InSAN	20
2.15.1 Causas Imediatas.....	20
2.15.2 Causas Adjacentes	20
2.15.3 Causas Básicas	21
3 ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA	22
3.1 Principais Desafios.....	22
3.2 Princípios Básicos	23
3.3 Directrizes	23
3.4 Visão	23
3.5 Objectivos e Metas Estratégicas	24
3.6 Pilares Estratégicos	28
3.6.1 Plano de Acção	28
4 IMPLEMENTAÇÃO DA ESAN II.....	29
4.1 O Papel do Estado, Autarquias Locais e Autoridade Tradicional	29

4.2	O Papel da Sociedade Civil.....	30
4.3	O Papel do Sector Privado	31
4.4	O Papel das Organizações das Nações Unidas	31
4.5	O Papel da Academia e Investigação.....	31
5	A COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESAN II	32
5.1	Quadro Institucional.....	33
5.2	Descentralização da agenda de SAN	33
5.3	Factores Críticos de Sucesso.....	34
	PARTE B – PLANO DE ACÇÃO DE EGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL....	35
6	PLANO DE ACÇÃO.....	36
6.1	Introdução	36
6.2	Metodologia da Elaboração do PASAN	37
6.3	Estratégia de Intervenção do PASAN.....	38
6.4	Actividades Estratégicas do PASAN	40
6.5	Aspectos Institucionais para a Implementação do PASAN.....	52
7	MONITORIA E AVALIAÇÃO DA ESAN II E DO PASAN	52
7.1	Pressupostos da Monitoria e Avaliação	52
7.2	Funções da Monitoria e Avaliação	53
7.3	Monitoria e Avaliação da ESAN ao nível Provincial	53
7.4	Monitoria e Avaliação do PASAN	53
8	ORÇAMENTO INDICATIVO.....	54
	ANEXO 1 – GLOSSÁRIO DE TERMOS BÁSICOS.....	57
	ANEXO 2 – DESCRIÇÃO DOS GRUPOS DE FORMAS DE VIDA	60

ACRÓNIMOS

AFs	Agregados Familiares
ANE	Administração Nacional de Estradas
CMA	Cimeira Mundial de Alimentação
CNCS	Conselho Nacional de Combate ao SIDA
COVs	Crianças Órfãs e Voluntárias
CRM	Constituição da República de Moçambique
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DPA	Direcção Provincial de Agricultura
DPS	Direcção Provincial de Saúde
DTS	Doença de Transmissão Sexual
ECA II	Estratégia de Comercialização Agrícola
ECN	Estudo de Caso Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
EP1	Ensino Primário (Primeiro Grau)
EP2	Ensino Primário (Segundo Grau)
EPC	Ensino Primário Completo
ESAN	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional
ETD	Equipa Técnica Distrital
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IAF	Inquérito aos Agregados Familiar
IDS	Inquérito Demográfico de Saúde
IMC	Índice de Massa Corporal
INE	Instituto Nacional de Estatística
InSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
LDH	Liga dos Direitos Humanos
M&A	Monitoria e Avaliação
MAE	Ministério de Administração Estatal
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MJ	Ministério da Justiça
MINAG	Ministério da Agricultura
MISAU	Ministério da Saúde
MMAS	Ministério da Mulher e da Acção Social
MOHP	Ministério de Obras Públicas e Habitação
MPD	Ministério de Planificação e Desenvolvimento
NEPAD	New Economic Partnership for African Development
ODMs	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAEI	Política de Agricultura e Estratégia de Implementação
PAN I	Programa Especial de Segurança Alimentar
PAN II	Programa Nacional de Segurança Alimentar
PARPA	Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta
PASAN	Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional
PEN II	Plano Estratégico de Combate ao HIV/SIDA

PESPA	Política das Pescas e Plano Estratégico da Pesca Artesanal
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Programa Mundial de Alimentação
PQG	Plano Quinquenal do Governo
ProAgri	Programa de Desenvolvimento da Agricultura
PVHS	Pessoas Vivendo com HIV/SIDA
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional
TARV	Tratamento Antiretroviral
TMI	Taxa de Mortalidade Infantil
UA	União Africana
UE	União Europeia
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

PARTE A – ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

1 INTRODUÇÃO

A Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN II) resulta da evolução da ESAN I aprovada pelo Governo de Moçambique em 1998, através da Resolução Interna 16/98. A ESAN I foi elaborada na sequência da Cimeira Mundial de Alimentação (CMA), realizada em Roma em 1996, quando os diversos países se comprometeram a reduzir a fome para metade até 2015. Este objectivo coincide com o Objectivo número um do Desenvolvimento do Milénio (ODM), aprovado na Cimeira do Milénio, em 2000.

1.1 Avaliação da Implementação da ESAN I

A ESAN I foi concebida num contexto político, social e económico que há cerca de uma década orientou as linhas mestras e o comando da estratégia. Mudanças no contexto justificaram a sua revisão. A avaliação multisectorial e independente encomendada pelo Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição (SETSAN) visava essencialmente encontrar respostas às seguintes questões:

- O que evidenciam os dados estatísticos oficiais sobre a situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no País?
- As componentes de SAN estão efectivamente incorporadas nas políticas e nos programas de desenvolvimento no País?
- Existe uma cobertura e qualidade suficiente de entidades executoras de acções de SAN no País?
- As políticas e os programas visam o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) no País?
- É importante institucionalizar a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) em Moçambique?
- A ESAN I como marco orientador e a sua estrutura institucional, o SETSAN, são suficientes e adequados para responder aos actuais desafios no País?

A avaliação indicou os seguintes ganhos da ESAN I:

- Criação de uma filosofia de SAN a nível nacional;
- Institucionalização do SETSAN ao nível central e provincial;
- Tratamento multisectorial da SAN, tendo em conta os pilares: disponibilidade; acesso; e uso e utilização dos alimentos;
- Descentralização da agenda de SAN;
- Inserção da SAN no PARPA II, de forma mais visível e transversal;
- Inserção da SAN em outras políticas e estratégias sectoriais;
- Criação de uma massa crítica em torno da SAN;
- Balanço do estado de Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) corrente ou crónica no país; e
- Reconhecimento do SETSAN ao nível nacional, regional e internacional.

Apesar de a avaliação reconhecer que a ESAN I, na sua essência filosófica, continua válida, ela identifica algumas limitações, das quais se destacam:

- Não inclui a análise das ligações do HIV/SIDA com a SAN;
- Não inclui indicadores claros de monitoria e avaliação e não estabelece dispositivos adequados de curto e médio prazos;
- Enfatiza principalmente nos problemas da InSAN rural em detrimento da InSAN urbana;
- Realça a abordagem da SAN como fenómeno emergencial e como consequência das calamidades naturais e dá pouca atenção à vulnerabilidade estrutural, que está directamente associada às causas múltiplas da pobreza absoluta;
- Não define de forma consistente os beneficiários;
- Não apresenta um plano operacional para a coordenação multisectorial e para a implementação dos programas sectoriais;
- Não prevê um orçamento de implementação mostrando que limitação de recursos afecta o funcionamento do SETSAN;
- Não preconiza um dispositivo que permite o reforço do envolvimento comunitário e integração com os princípios do distrito como base de planificação (ligação ESAN/PEDD);
- Não reconhece a heterogeneidade de SAN no país; e
- Por fim, não incorpora a abordagem do DHAA.

Estas razões, aliadas ao agravamento da desnutrição crónica e à necessidade de adequar a ESAN ao novo contexto nacional, regional e internacional justificaram a sua revisão.

1.2 Fundamentação da ESAN II e a Definição da SAN

O Programa do Governo define como objectivo central do desenvolvimento económico e social, a satisfação das necessidades alimentares e a criação de emprego para combater a fome e a pobreza absoluta no país.

A ESAN II distingue-se da anterior por considerar o DHAA, proclamado na Declaração Universal dos Direitos do Homem e no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais. O DHAA baseia-se nas seguintes dimensões: respeitar, promover, proteger e prover a SAN.

Respeitar – significa que o Estado não deve, por meio de leis, políticas públicas ou acções, bloquear ou ferir a realização dos direitos humanos e, quando o fizer, deve criar mecanismos de sua reparação.

Proteger – refere-se à prevenção que o Estado deve garantir aos habitantes do seu território contra acções de terceiros, entre os quais empresas, organizações ou indivíduos que violem os direitos humanos.

Promover – significa que o Estado deve envolver-se pró-activamente em actividades destinadas a fortalecer o acesso das pessoas aos recursos, meios e à sua utilização com vista a garantia dos seus direitos humanos.

Prover – refere-se a obrigação do Estado de garantir a alimentação, moradia adequada, educação e saúde aos indivíduos ou agregados familiares (AFs) que, em situação de emergência de origem estrutural ou conjuntural, não conseguem satisfazer essas necessidades.

Na ESAN II, a SAN define-se como *o direito de todas as pessoas, a todo o momento, ao acesso físico, económico, e sustentável a uma alimentação adequada, em quantidade, qualidade, e aceitável no contexto cultural, para satisfazer as necessidades e preferências alimentares, para uma vida saudável e activa.*

A ESAN II reconhece os seguintes pilares de SAN: a **Produção e Disponibilidade** suficiente de alimento para o consumo; o **Acesso** físico e económico aos alimentos; o **Uso e Utilização** adequadas dos alimentos, **Adequação** para que os alimentos sejam social, ambiental e culturalmente aceitáveis incluindo a absorção dos nutrientes pelo organismo, e a **Estabilidade** do consumo alimentar a todo o tempo.

Produção e Disponibilidade

A ESAN II reconhece a necessidade de incrementar a produção local de alimentos adequados para cobrir as necessidades nutricionais em termos de quantidade (energia) e qualidade (que assegure todos os nutrientes essenciais).

Porém, a disponibilidade de alimentos assegura-se não apenas através da produção para o auto-sustento da população, como também por meio de importações líquidas (incluindo ajuda alimentar), deduzidas as perdas e outras utilizações para fins não alimentares.

Acesso

Relaciona-se com a capacidade de as famílias e indivíduos disporem de recursos suficientes para a aquisição de alimentos adequados às suas necessidades e a existência de infra-estruturas e mecanismos que assegurem a obtenção dos mesmos. Isso implica a existência de uma distribuição justa da renda nacional, um sistema efectivo de mercados, sistemas de comunicação, redes de segurança social formais e informais e assistência alimentar às populações mais carenciadas. Portanto, o acesso está relacionado com a criação de um ambiente propício para que as famílias e indivíduos consigam ter e usar recursos suficientes para a sua alimentação adequada.

Uso e Utilização

O uso e utilização dos alimentos é constituído por dois aspectos:

O *uso* de alimentos, que se refere aos aspectos sócio-económicos da SAN, aos hábitos alimentares e aos conhecimentos que a população tem sobre a nutrição; e,

A *utilização* relaciona-se com os aspectos biológicos, ou seja, a capacidade do corpo humano absorver os alimentos adequados e convertê-los em energia. Esta relaciona-se directamente com a saúde da população.

O *uso e utilização* adequados de alimentos avaliam-se a nível individual e familiar. A nível familiar, relacionam-se com o processo de transformação dos alimentos disponíveis numa dieta adequada (incluindo a escolha dos alimentos, o processamento, a preparação e distribuição intra-familiar).

A nível individual, considera-se a ingestão e a absorção dos alimentos e acção biológica dos nutrientes no corpo. A utilização a nível individual, pode ser afectada por doenças que inibem a absorção de nutrientes ou que aumentam a sua necessidade. Os factores a considerar a nível familiar estão relacionados com a ocupação do tempo da mulher, conhecimentos, hábitos alimentares, a alimentação infantil e amamentação, utilização dos serviços de saúde preventiva e curativa, hábitos de higiene, tabus e crenças.

A nível comunitário, há um conjunto de factores que afectam a utilização adequada a nível familiar e individual tais como a qualidade do meio ambiente (patógenos biológicos, poluentes químicos no ar, alimentos e água) e a disponibilidade, custo e qualidade de fontes de abastecimento de água potável, serviços de electricidade, saneamento básico e serviços primários de saúde.

Adequação

Adequação significa que o alimento deve ter qualidade nutricional suficiente para satisfazer as necessidades dietéticas dos indivíduos; deve ser seguro para a alimentação humana e livre de substâncias adversas ou contaminantes e deve ser culturalmente aceitável para as pessoas a que se destina. Ainda, preferivelmente, o alimento não deve comprometer a satisfação de outras necessidades essenciais; deve ser de origem nacional e ser social, económica e ambientalmente sustentável.

Estabilidade

O alimento deve ser adequado, disponível, acessível e útil continuamente. A estabilidade deve ser garantida a nível individual, familiar e social. Embora a estabilidade não seja uma dimensão da SAN, por si só, é considerada como um pilar nesta estratégia para salientar a necessidade da constância das demais dimensões da SAN.

1.2.1 Abordagem integrada da SAN

A abordagem integrada da SAN permite visualizar a importância das interligações das diferentes componentes da cadeia alimentar, bem como a implementação dos pilares da ESAN II. A abordagem de SAN integra as seguintes componentes:

- O ambiente sócio económico e político do país;
- A produção e disponibilidade e, o acesso aos alimentos;

- As condições de saúde, água e saneamento do meio;
- As políticas de promoção e protecção da saúde; e
- O consumo alimentar e a utilização do alimento pelo organismo.

1.3 Enquadramento da ESAN II

A ESAN II enquadra-se nas políticas nacionais; nas políticas internacionais e no Direito Internacional. Das políticas nacionais salientam-se a Agenda 2025, o Programa Quinquenal do Governo (PQG), o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II), o Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV/SIDA, e as políticas e estratégias sectoriais e multisectoriais. As políticas internacionais mais relevantes são: Declaração sobre Agricultura e Segurança Alimentar em África; Resolução da Cimeira de Abuja sobre a Segurança Alimentar 2006; Resolução da Cimeira Mundial da Alimentação (CMA); e ODMs.

Atenção especial será dada à integração de ESAN II com as políticas de descentralização tendo o distrito como a base da planificação. Assim, a ESAN II privilegiará as suas raízes nas unidades geográficas abaixo dos distritos como forma de assegurar maior engajamento das comunidades no diagnóstico e resolução dos problemas de SAN de forma descentralizada e reflectindo a realidade local.

1.3.1 A ESAN II e as Políticas Nacionais

A Agenda 2025 integra a visão e as opções estratégicas do país para o futuro e foi aprovada pela Assembleia da República em 2003. A função principal da visão é proporcionar um conjunto de cenários com linhas gerais de actuação a médio e longo prazo para os líderes e decisores nos sectores públicos, privado e sociedade civil. Na agenda 2025, a segurança alimentar consta como uma questão chave da Visão nacional.

O PARPA II (2006-2009) considera a SAN como uma questão transversal, ou seja, está integrada nas diversas políticas e estratégias dos sectores do Governo. Estas políticas sectoriais, em geral, são complementares e têm em comum a preocupação de combater a pobreza absoluta e, por conseguinte, a InSAN. O PARPA II contém indicadores específicos de SAN e inclui o DHAA como uma abordagem a adoptar no país.

O *Programa Quinquenal do Governo* (2005-2009), assim como o PARPA II, é um programa de médio prazo que orienta a acção do Governo e define o orçamento geral do Estado que materializa a acção do Governo durante o período indicado.

O *Plano Estratégico de Combate ao HIV/SIDA – 2005-2009* (PEN II) visa estabelecer uma abordagem multisectorial de acções estratégicas para fazer face à pandemia de HIV/SIDA. O PEN II compreende sete áreas de orientação estratégica, nomeadamente: prevenção; advocacia; estigma e discriminação; cuidado e tratamento; mitigação das consequências; investigação; e coordenação da resposta. Existe um esforço no PEN II de garantir mecanismos seguros de alimentação, prevenção da doença e resposta. Contudo, a SAN apenas está explicitamente incluída na área de mitigação e cuidado e tratamento. O

PEN II é uma das prioridades nacionais na Luta Contra a Pobreza Absoluta pelo que, também contribui para a SAN e a redução da vulnerabilidade à *tripla ameaça* que resulta da contribuição da tripla ligação: HIV/SIDA, InSAN/Pobreza Absoluta e limitada capacidade na implementação de políticas.

As políticas sectoriais mais relevantes para a SAN são: a Política de Agricultura e Estratégia de Implementação (PAEI), o Programa de Agricultura (PROAGRI), a Estratégia da Educação, a Política da Saúde, a Política e Estratégia Nacional do Género, a Estratégia de Desenvolvimento Nutricional, a Política e Estratégia da Indústria, a Política e Estratégia do Comércio, a Política e Estratégia de Estradas, a Estratégia de Comercialização Agrícola (ECA), a Estratégia de Desenvolvimento Rural e o Plano Director de Combate às Calamidades Naturais, a Política das Pescas e Plano Estratégico da Pesca Artesanal (PESPA), a Estratégia para a Pescaria de Camarão, a Estratégia de Desenvolvimento da Aquacultura em Moçambique. Em geral, as políticas e programas do Governo abordam a SAN através da implementação de estratégias de desenvolvimento económico e social e de combate à pobreza absoluta que assentam nas seguintes vertentes, directa ou indirectamente estão relacionadas com a SAN:

- Desenvolvimento do capital humano;
- Restauração da produção agrária e piscícola;
- Reabilitação de infra-estruturas chaves;
- Criação de um ambiente propício ao desenvolvimento da sociedade civil; e
- Descentralização.

A Política Agrária tem como objectivo fundamental garantir o auto-sustento da população, que concorre em grande medida para a melhoria da SAN, com vista a uma contínua produção e o acesso aos alimentos. No quadro da implementação do PAEI foi concebido o PROAGRI, que neste momento está na sua segunda fase, com uma abordagem mais abrangente e mais centrada na SAN.

As Políticas e Estratégias Industriais e Comerciais visam o desenvolvimento adequado da produção industrial e da comercialização geral e agrícola; estabelecimento de um ambiente legislativo e administrativo favorável à produção industrial e à comercialização; estabelecimento de infra-estruturas adequadas ao mercado; disponibilização de informação sobre comércio; intensificação da produção; promoção da comercialização agrícola nacional e do comércio externo.

As Políticas de Educação, Saúde e Nutrição têm como objectivos fundamentais o desenvolvimento do capital humano, através de uma maior assimilação do conhecimento, assim como da mudança de atitude e hábitos alimentares dentro dos AFs e na sociedade como um todo. Ao nível da Saúde e Nutrição, destaca-se a redução da prevalência da desnutrição por macro e micronutrientes; da prevalência da anemia; o desenvolvimento da capacidade de investigação em nutrição e o reforço da capacidade de advocacia para a nutrição; programas de combate a doenças endémicas; e melhoria do acesso à água potável.

A Política e Estratégia de Estradas (PEE), que prioriza a utilização de recursos locais e a utilização de sistemas modernos e eficientes de planificação e controlo, visa a continuação e expansão da reabilitação de estradas, garantindo a sua manutenção efectiva, de modo a garantir uma melhor ligação entre os locais de produção e de consumo dos produtos nacionais e importados. A PEE contribui, deste modo, para a concretização da agenda de SAN.

A Política e Estratégia das Pescas visa essencialmente incentivar o aumento da produção e melhoramento da qualidade de pescado para o consumo da população moçambicana e exportação, promoção de emprego para a população, melhoramento das condições de vida das comunidades pesqueiras, exploração sustentável dos recursos pesqueiros e a valorização dos produtos pesqueiros nacionais através do processamento, conferindo-lhes deste modo um valor acrescentado e contribuindo assim para a SAN.

A descentralização baseia-se no princípio de que o Distrito é a base de planificação do desenvolvimento económico e social do país e é um instrumento que concorre para a melhoria da SAN, tanto no meio urbano como no meio rural através da capacitação das comunidades na resolução dos seus próprios problemas e na tomada de decisões, incluindo os relacionados à SAN e DHAA. Por conseguinte, a ESAN II procurará o seu nicho de oportunidade nesse processo de planificação distrital, assegurando que os assuntos de SAN sejam devidamente tratados e de forma sistematizada a todos os níveis. Contudo, atenção especial será dada aos níveis sub-distritais (exemplos: posto administrativo, localidades e povoados) visando massificar o assunto de SAN e fortalecer as comunidades na resolução dos seus próprios problemas de forma participativa.

A ESAN II é uma estratégia orientadora das políticas, estratégias e planos multisectoriais e sectoriais com os quais deve estabelecer sinergias e complementaridade no país.

1.3.2 A SAN e as Políticas Internacionais

A *Declaração sobre Agricultura e Segurança Alimentar em África 2003* decidiu: (i) revitalizar a agricultura africana; (ii) implementar o Programa Integrado de Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP); (iii) assegurar o estabelecimento de sistemas regionais de reservas alimentares; (iv) intensificar a cooperação com os parceiros de desenvolvimento, de modo a concretizar a visão da União Africana de um sector agrário viável e próspero, assim entendido no contexto da NEPAD e dos ODMs.

A *Resolução da Cimeira de Abuja sobre a Segurança Alimentar 2006* assumiu os seguintes compromissos: (i) Expandir os mercados, com base nas necessidades próprias de África e promover o comércio intra-africano de bens alimentares de primeira necessidade; (ii) mobilizar recursos para a implementação das acções prioritárias no âmbito da SAN, com ênfase nos produtos estratégicos seleccionados; e (iii) assegurar a integração sistemática de aspectos nutricionais nas intervenções agrícolas e de SAN.

A *Resolução da Cimeira Mundial da Alimentação (CMA) 1996* estabeleceu sete compromissos sobre os quais Moçambique tem registado progressos. Contudo, o país

deve manter-se estável e melhorar os actuais níveis de crescimento económico e concentrar as políticas de desenvolvimento da agricultura, comércio, educação e serviços básicos de saúde e saneamento para as populações mais pobres, deficitárias de alimentos e de baixa renda. Essas são as premissas para melhorar paulatinamente os níveis de SAN no país, até 2015. A criação de um ambiente favorável para formulação e implementação de políticas que concorrem para a SAN, é o principal resultado observado em Moçambique à luz da implementação da CMA. Neste âmbito, foi aprovada a ESAN I, em 1998, pelo Conselho de Ministros. O Programa Especial de Segurança Alimentar, uma iniciativa Global da FAO desde 1994, que foi implementado com o objectivo de ajudar os países em desenvolvimento a reduzir a fome e a desnutrição ao nível dos AFs mais pobres no meio rural. Este plano encontra-se na segunda fase da sua implementação, com base no Programa Nacional de Segurança Alimentar (PAN II), desde 2003. Nos últimos anos, o PAN evoluiu progressivamente quanto à sua filosofia e cobertura territorial. O PAN passou de um quadro de intervenções assentes na introdução de novas variedades alimentares melhoradas, com vista ao aumento da produção, para uma intervenção mais centrada no desenvolvimento do capital humano. Esta evolução reflecte, de forma mais holística, as diferentes dimensões da SAN.

Os *ODMs 2000* reflectem o compromisso assumido ao nível das Nações Unidas, depois de diversas conferências internacionais e cimeiras mundiais que se realizaram na década 90, com o objectivo de erradicar a pobreza nos países em vias de desenvolvimento. Tais eventos culminaram com a Declaração do Milénio que foi adoptada por todos os 189 Estados membros das Nações Unidas. De um modo geral, as metas correspondentes aos ODMs devem ser alcançadas em 25 anos, ou seja, de 1990 a 2015, sendo objectivo do governo erradicar a pobreza, em alinhamento com as metas estabelecidas pelos ODMs. O ODM mais relacionado com a SAN é o primeiro, que é “*Erradicar a pobreza extrema e a fome*” cujas metas são: (i) *Reduzir para metade a proporção das pessoas que vivem na pobreza absoluta até 2015; e (ii) reduzir para metade a proporção das pessoas que sofrem de fome até 2015.* A incidência da pobreza reduziu de 69% em 1996/7 para 54% em 2002/2003 (IAF, 2002/03). Esta evolução permite prever o cumprimento do primeiro objectivo, particularmente se a economia continuar a crescer a uma taxa média anual de 8%, como se registou nos últimos 10 anos e se houver uma redistribuição da renda mais favorável aos grupos mais vulneráveis. Contudo, a prevalência de desnutrição crónica aumentou e verifica-se uma tendência de surgimento da obesidade em algumas zonas do país.

1.3.3 A SAN e o Direito Internacional

A SAN está consagrada no Direito Internacional. As convenções mais importantes que se referem à SAN são: Convenção Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais de 1966, Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher de 1979, Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos de 1989, Convenção dos Direitos da Criança de 1989, Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança de 2000. Embora tenha ratificado grande número de convenções internacionais, Moçambique precisa de ratificar o PIDESC (Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais) que proclama o DHAA.

1.4 Custo da Insegurança Alimentar e Nutricional

Os custos da InSAN afectam gravemente a sociedade aos níveis familiar e comunitário. A nível dos AFs, a InSAN eleva desproporcionalmente os custos de saúde, baixa a produtividade no trabalho, baixa os níveis de desenvolvimento do Capital Humano, baixa os níveis de aproveitamento escolar e incide de modo particular nos grupos mais vulneráveis, nomeadamente mulheres e crianças. Ao nível nacional, a InSAN aumenta os custos sociais, políticos, económicos, eleva o risco do investimento, além de constituir uma privação de direito a alimentação.

A principal despesa dos AFs relaciona-se com a alimentação (48%), sendo 33% nas zonas urbanas e 64% nas zonas rurais. A segunda maior despesa é constituída pela habitação, seguido do combustível (22.4%) e transporte (7.2%). Por fim, a educação e saúde, por serem áreas subsidiadas pelo Governo (SETSAN, 2006 e IAF 2002/03).

A desnutrição crónica reduz a capacidade produtiva em 2-3% do PIB (Shrimpton, 2002) o que para Moçambique equivale a 3.147-4.720 Milhões de Meticais por ano, usando o PIB de 2005.

A deficiência de iodo na vida intra-uterina, a desnutrição crónica nos primeiros anos de vida e anemia nas mulheres adultas afecta a produtividade de trabalho em cerca de 132,6 milhões de dólares por ano (MISAU - Repartição de Nutrição, 2004), ou seja, cerca de 3.500 Milhões de Meticais. Para além destes custos, há a adicionar as perdas humanas, cuja estimativa se apresenta no quadro seguinte:

Tabela 1. Causas de mortes relacionadas com nutrição por ano

Causa	Número de mortes
Anemia	8.500 Mulheres
Deficiência de vitamina A	163.000 Crianças
Desnutrição proteico - energética	208.000 Crianças

Fonte: MISAU – Repartição de Nutrição, 2004.

Além das mortes, registam-se cerca de 1,3 milhões de recém-nascidos com diferentes níveis de atraso mental devido à deficiência de iodo (MISAU - Repartição de Nutrição, 2004).

Resolver o problema de nutrição requer um investimento de longo prazo na prevenção e tratamento da desnutrição. No caso de Moçambique, o custo por pessoa nos programas que são conhecidos por actuarem rapidamente na redução dos problemas nutricionais foi estimado em cerca de 10 dólares e beneficiaria 16% da população (4% equivalente às mulheres grávidas e 12% às crianças com menos de 5 anos) (Martins, 2004). Assim, considerando uma população de 20.000.000 habitantes, o custo global dos programas em apreço seria de 32 milhões de dólares americanos por ano, ou seja, cerca de 850 milhões de Meticais.

2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ACTUAL DE SAN E TENDÊNCIAS

Desde 1998, observou-se no país um progresso significativo no âmbito da reestruturação alimentar. A produção e disponibilidade de alimentos de base, particularmente o milho, a mandioca e os feijões, aumentou consideravelmente, tendo permitido uma redução da ajuda alimentar. Virtualmente, o país é auto-suficiente, em termos de produtos alimentares básicos, com excepção do trigo e arroz, cujo défice é anualmente superado através das importações.

Este crescimento da produção é, no entanto, regionalmente assimétrico, sendo o sul historicamente deficitário e o norte e centro os mais produtivos e, portanto, excedentários. Os excedentes verificados nestas regiões são habitualmente exportados¹, de maneira informal para os países vizinhos. Por exemplo, em 2006/7, Moçambique contribuiu com 78% do milho exportado informalmente na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC (FEWSNET, PMA, 2007).

O funcionamento dos mercados, a sazonalidade dos stocks e dos preços e, a participação dos intervenientes desempenham um papel crítico na determinação da SAN. Em termos de variação sazonal dos preços dos alimentos, os picos são registados normalmente pela falta de capacidade de armazenagem, variações cambiais do Metical e a variação dos preços dos combustíveis.

Em Moçambique, os mercados são fortemente influenciados pela falta e/ou mau estado de conservação, funcionamento das infra-estruturas físicas e pelos custos de transporte.

A situação nutricional, desde 1998, não conheceu melhorias significativas revelando que o acesso aos alimentos adequados, a todo o momento, ainda não está garantido à população, podendo haver bolsas cíclicas de InSAN transitória, devido essencialmente à ocorrência de choques climáticos e económicos, particularmente, nas zonas rurais.

Nos centros urbanos, a SAN é fortemente influenciada pelo acesso económico aos alimentos e não apenas pela disponibilidade física dos mesmos. Nas cidades, a definição de grupos vulneráveis à InSAN depende fundamentalmente duma diversidade de factores, tais como, oportunidades de emprego, serviços básicos de saúde e educação, serviços de protecção social, êxodo rural e funcionamento dos mercados.

2.1 Choques e Mecanismos de Sobrevivência

Os choques mais frequentes que contribuem para o aumento da vulnerabilidade à InSAN estão relacionados com o clima (ciclones, cheias e secas), pragas e doenças na agricultura e animais, doenças graves nos seres humanos, morte dum membro economicamente activo e/ou chefe do AF, assim como o choque económico (preços e poder de compra).

¹ Exceptuam-se alguns produtos como feijões, que além de serem exportados para os países vizinhos, também são transportados e vendidos na região Sul do país.

As famílias possuem diferentes mecanismos de reacção aos choques, pois a vulnerabilidade aos mesmos varia de acordo com a situação dos afectados e a dinâmica intra e inter AFs numa comunidade. Os mecanismos mais comuns de resposta aos choques são: (i) a redução do consumo alimentar em termos de quantidade e qualidade; e (ii) a diversificação das fontes de rendimento (corte e venda de combustíveis lenhosos, venda de animais, *ganho-ganho*, etc.). Em caso de choques severos, os mecanismos de sobrevivência podem incluir o uso de formas adversas ao meio ambiente e sócio-cultural.

2.2 *Ligação entre Pobreza e SAN*

Existe uma ligação bipolar entre a pobreza e a SAN pois a pobreza pode ser causa ou consequência da InSAN.

Segundo o PARPA II, a pobreza é definida como sendo a *impossibilidade, por incapacidade ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades, terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade.*

A pobreza inclui, a incapacidade de acesso a recursos económicos, falta de alimentos, falta de habitação adequada, cuidados de saúde, higiene, e educação. Sendo a InSAN uma das privações, deve ser considerada uma das dimensões mais importantes da pobreza. Em média, 450,000 pessoas, por ano, no país sofrem de InSAN aguda necessitando de ajuda alimentar imediata e as crianças que sofrem de InSAN crónica chegam 1,300,000 (SETSAN, 2005).

A redução da pobreza no país não foi acompanhada do alívio à InSAN, antes pelo contrário, a taxa de prevalência da desnutrição crónica (baixa altura para a idade, agravou-se de 36% em 1997 para 41% em 2003 (IAF, 2002/03).

Mais de metade da população moçambicana (54.1%) vive abaixo da linha de pobreza absoluta. Mas a pobreza não está igualmente distribuída pelo país. Em geral, aumenta do Sul para o Norte e das zonas urbanas para as zonas rurais. Contudo, de 1997 a 2003, a pobreza reduziu mais nas zonas rurais do que nas zonas urbanas, criando assim uma tendência positiva de maior equilíbrio, devido principalmente ao crescimento da produção agrícola.

A distribuição da população por ramos de actividade mostra que a maioria da população moçambicana² (78,5%) trabalha no ramo de “agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura³”. Na área urbana a população que trabalha neste ramo é de 40% enquanto na área rural é de 93%. Ao nível das províncias, excluindo Maputo (cidade e província) e Sofala, mais de 70% da população trabalha no referido ramo (INE, 2006).

² Os restantes 11.5% estão distribuídos por diversas actividades como comércio (9.2% indústria transformadora (3.1%) e o resto serviços (INE 2006).

³ Estas actividades são praticadas muitas vezes em simultâneo (MINAG, 2005).

Na área rural, quase metade dos AFs (44%) estão envolvidos na produção agrícola de subsistência como actividade económica principal. Os AFs liderados por mulheres, por razões tradicionais, têm dificuldade de uso e aproveitamento de terra e acesso a outros bens de raiz (SETSAN, 2006).

2.3 Níveis de Desnutrição Crónica e Aguda

A desnutrição está associada a cerca de metade dos óbitos que se registam em crianças com idade inferior a 5 anos. A mortalidade infanto-juvenil é mais grave no meio rural (46%) do que no urbano (29%), e é mais pronunciada nas províncias da região norte onde chega a atingir 56% (Cabo-Delgado).

Tabela 2. Percentagem de crianças com idade inferior a 5 anos com desnutrição aguda e crónica

	<i>Desnutrição aguda (baixo Peso/Altura)</i>		<i>Desnutrição crónica (baixa Altura/Idade)</i>	
	2003	2006	2003	2006
Nacional	4.0	4.5	41.0	46.2
Niassa	1.3	2.5	47.0	46.7
Cabo delgado	4.1	8.2	55.6	43.6
Nampula	6.0	2.6	42.1	63.1
Zambézia	5.2	5.2	47.3	43.6
Tete	1.6	8.3	45.6	50.5
Manica	2.8	3.2	39.0	41.8
Sofala	7.6	4.8	42.3	43.1
Inhambane	1.3	3.9	33.1	31.7
Gaza	6.7	1.9	33.6	30.6
Maputo Província	0.5	1.6	23.9	42.6

Fonte: IDS (2003) e SETSAN (2006)

O nível educacional da mãe tem uma estreita correlação com o estado nutricional da criança: as crianças, cujas mães não têm nenhum nível de escolaridade, têm uma probabilidade três vezes maior de serem cronicamente desnutridas, comparativamente às crianças de mães com o ensino secundário concluído.

A mortalidade das crianças com idade inferior a 5 anos baixou de 219/1000 em 1997 para 178/1000 em 2003 (IDS, 2003). Contudo, devido à vasta extensão territorial das províncias, às distintas características agro-ecológicas dos distritos e às variações socioculturais dentro dos mesmos, recomenda-se cautela no que respeita à generalização dos dados nutricionais. O SETSAN tem envidado esforços para a desagregação e representatividade de amostragem ao nível do distrito visando reforçar a fidelidade dos dados, algo que vai-se materializando gradualmente à medida que haja disponibilidade de fundos.

2.4 Obesidade

A obesidade está a tornar-se um problema especialmente importante nas mulheres da região sul, como Gaza com 55% e Maputo 41% (SETSAN, 2006). Algumas das prováveis causas podem ser a não adopção de estilos de vida saudáveis e/ou melhoria das condições sócio económicas em algumas camadas sociais.

2.5 Impacto da Saúde na SAN

No geral, as principais doenças associadas à InSAN são: infecções respiratórias e diarreias. O Estudo de Base de SAN (SETSAN, 2006) estimou a prevalência das diarreias em 15%, sendo Gaza a província com maior prevalência (24%) e Manica com menor prevalência (6%). A prevalência das infecções respiratórias agudas é de 24% ao nível nacional, sendo Gaza a província com maior prevalência (63%) e Cabo Delgado a província com a mais baixa (10%).

A falta de acesso aos serviços de saúde resulta em baixos níveis de cobertura das acções nutricionais. Por exemplo, as províncias de Nampula e Zambézia, apresentam as mais baixas coberturas de suplementação com vitamina A e o mais baixo acesso aos serviços de saúde em 2006 (SETSAN, 2006). A garantia da cobertura de serviços de saúde em zonas de baixa densidade populacional, como Cabo Delgado e Niassa é também um desafio para a SAN.

Os AFs afectados pelo HIV/SIDA têm produções mais baixas e qualidade de dieta mais pobre, quando comparadas com os AFs não afectados pelo HIV/SIDA, devido a incapacidade laboral e à baixa produtividade. Esta situação exige o uso de tecnologias que requerem menos esforço, em particular na agricultura que envolve a maior parte da população moçambicana, bem como no processamento dos alimentos e na captação de água para consumo.

2.6 O impacto do HIV/SIDA na SAN

O HIV/SIDA tem um efeito multiplicador negativo, com consequências drásticas para a força produtiva no país. Por um lado, HIV/SIDA tem efeito directo na redução da produção e da produtividade, acabando por diminuir a oferta nacional dos alimentos, ou seja, a sua disponibilidade e acesso. Por outro lado, reduz a capacidade produtiva dos infectados que acabam por ter menos produção directa, menos receitas e por consequência, menor consumo e absorção de alimentos, numa fase em que as necessidades nutricionais são grandes.

2.7 Contribuição do Meio Ambiente e Recursos Naturais na SAN

Os recursos florestais e faunísticos são considerados capital disponível que contribui para o aumento de exportações, da renda nacional e familiar. Nas zonas rurais e periurbanas constitui um importante mecanismo de subsistência e sobrevivência, em tempo de escassez de alimentos.

A contribuição para SAN inclui a melhoria da qualidade da dieta dos AFs, a melhoria no acesso aos alimentos, a diversificação das fontes de receitas, estimando-se que cerca de 80% da população rural tem na carne de animais bravios e no peixe das águas interiores, a principal fonte de proteína animal (Ministério da Agricultura e Pescas, 2002).

O uso de recursos naturais como material de construção e para medicamentos é sobejamente reconhecido.

A gestão inadequada e a utilização desmedida dos recursos florestais e faunísticos, incluindo mangais e dunas e as queimadas descontroladas contribuem para exacerbar os efeitos negativos das mudanças climáticas e degradação gradual da SAN. Cerca de 80% da energia consumida no País provém de biomassa lenhosa (lenha e carvão) enquanto que as comunidades rurais dependem inteiramente desses combustíveis para energia (SETSAN, 2006).

Os principais eventos extremos são as secas, cheias e ciclones tropicais, a erosão e outros problemas ambientais que incluem acidentes industriais e de mineração. Estes desastres podem aumentar em frequência e intensidade a degradação ambiental e mudança climática.

2.8 A SAN e os Bio-combustíveis

Os bio-combustíveis líquidos são uma das formas de combater os actuais níveis de pobreza absoluta, reduzir a dependência do uso dos combustíveis fósseis e reduzir os efeitos das mudanças climáticas. Porém, os bio-combustíveis líquidos podem jogar um papel importante na melhoria ou deterioração da SAN. Estas culturas não devem concorrer com culturas alimentares e com os factores de produção, tais como a terra fértil e água.

Na formulação e implementação das políticas de promoção dos bio-combustíveis, é importante definir o tipo de culturas destinadas a produção. Adicionalmente, o processo de desenvolvimento dos bio-combustíveis no País não deve causar a poluição do meio ambiente por via do uso intensivo de agro-químicos.

O uso de culturas alimentares tais como o milho, a cana-de-açúcar, a mandioca, soja entre outras para a produção de bio-combustíveis pode impulsionar a procura e por conseguinte induzir a subida dos preços dos alimentos básicos. Este facto pode condicionar o acesso económico aos alimentos, particularmente dos AFs mais vulneráveis.

O uso de culturas não alimentares tais como a *jatropha* pode aumentar o acesso ao uso dos combustíveis para a confecção de alimentos, contribuindo deste modo para uma melhor gestão e uso dos recursos florestais, com uma implicação positiva na utilização dos alimentos.

O déficit de energia tradicional cria a procura cada vez maior para o uso de recursos renováveis tais como os bio-combustíveis. Contudo, outras formas de energias alternativa e não prejudicial ao meio ambiente podem ser a energia solar, eólica e das marés que têm um alto potencial em Moçambique e precisam de ser devidamente exploradas.

2.9 Água, saneamento e SAN

A água potável é um recurso escasso, essencial para o desenvolvimento económico, social, ambiental e consequentemente para a SAN e tem um valor económico com utilizações competitivas, mas também deve ser reconhecida com um importante bem social.

Apenas 36% da população tem acesso a água potável, sendo 58% na zona urbana e 26% na zona rural (IAF, 2002-03). De acordo com Estudo de Base de SAN (SETSAN, 2006), nas zonas urbanas e peri-urbanas, na época seca (Abril a Setembro), apenas 40% da população leva menos que 20 minutos para colectar água potável; outros 40% levam até uma hora e os restantes 20% levam mais do que duas horas.

No abastecimento de água rural importa dar-se mais atenção a algumas províncias mais populosas (ex: Nampula e Zambézia) e com grande concentração da população rural, reduzindo as disparidades provinciais no que respeita a programas de abastecimento de água potável e saneamento.

A cobertura e saneamento da população nacional são estimados em 33% (DNA, 2005), sendo na zona urbana 73% e na zona rural 34%. As limitações de água e saneamento têm implicações negativas para a SAN, devido ao aumento da incidência de doenças relacionadas como parasitoses e diversas epidemias.

A gestão e uso dos recursos hídricos devem ser optimizados e as boas práticas aprendidas devem ser disseminadas no país, particularmente nas regiões áridas e semi-áridas.

2.10 Reservas estratégicas de sementes e alimentos

A maior parte da população moçambicana vive nas zonas rurais e depende da agricultura de subsistência, fortemente condicionada por factores climáticos, e baseada no uso de baixas tecnologias para a produção, e fracos insumos. Sendo assim, os níveis de rendimento são baixos e o risco de perdas é alto.

Devido à sua localização geográfica, Moçambique é propenso à ocorrência de calamidades naturais, tais como secas, cheias e ciclones. Estes factores prejudicam

consideravelmente o desenvolvimento de actividades económicas tais como agricultura, pecuária, piscicultura e aumentam a vulnerabilidade dos AFs à InSAN.

Para assegurar a estabilidade da produção, disponibilidade e acesso físico aos alimentos das populações mais vulneráveis durante todo o ano é importante considerar os aspectos relacionados com as reservas estratégicas de sementes e alimentos.

A reserva estratégica pode ser física e financeira, para efeitos de aquisição de outros bens de consumo, para além dos normalmente contidos num cabaz alimentar, tais como: sal, açúcar, peixe seco, óleo alimentar, leite e, sempre que possível, frutas e vegetais.

2.11 Tipologia dos Grupos Vulneráveis

O Estudo de Base de SAN (SETSAN, 2006) identificou nove grupos de formas de vida com base no agrupamento de actividades económicas das famílias:

- Agregados familiares (AFs) de subsistência muito deficitária (no limite da sobrevivência);
- AFs de subsistência deficitária e de baixa renda;
- AFs de baixa produção;
- AFs de produção média e altamente diversificada;
- AFs auto-suficientes;
- AFs grandes produtores de culturas alimentares, economicamente e altamente diversificadas;
- AFs grandes produtores de culturas alimentares e de rendimentos;
- AFs grandes produtores economicamente estáveis; e
- AFs com trabalho formal e comerciantes.

Formas de vida referem-se a actividades económicas em que as famílias estão envolvidas. As formas de vida mais vulneráveis foram identificadas como aquelas com pouca ou sem renda, praticamente sem recursos (ex: terra, animais, bens) e muito pouca produção de culturas de subsistência diversas ou que dependem do trabalho informal, vulgarmente conhecido por ganho-ganho. A diversificação de formas de vida aumenta possibilidade de recuperação a choques e é provável que contribua para uma dieta mais diversificada. Os níveis mais baixos de diversificação da produção e das fontes de renda verificam-se em produtores comerciais de larga escala, e nas formas de vida vulneráveis abaixo descritas.

2.12 Descrição dos Grupos de Formas de Vida Mais Vulneráveis à InSAN crónica

2.12.1 AFs de subsistência muito deficitária

Os AFs que vivem eminentemente no “limite”, têm como principais características: (i) muito pouco acesso a todos os tipos de recursos; (ii) taxa de dependência mais elevada;

(iii) maior proporção de AFs liderados por mulheres (mais de 40%); (iv) muitos liderados por idosos (quase 25%); apenas um terço dos chefes de AFs nesta categoria é capaz de ler e escrever; e, acima de metade (60%) nunca foram à escola. Estes AFs praticam essencialmente a monocultura, são altamente vulneráveis, de baixa renda, economicamente marginais, representam 6% da população rural de Moçambique e encontram-se em todo o país. Contudo, maiores concentrações verificam-se nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Inhambane.

2.12.2 AFs de subsistência deficitária e de baixa renda

São AFs que realizam o trabalho informal fornecido pelos produtores de subsistência de baixa produção. Estes concentram algum esforço no cultivo de culturas de subsistência para o auto-consumo. Caracterizam-se pelo acesso muito baixo a capitais produtivos (ex: terra e animais), têm o seu sustento basicamente através desse trabalho informal (97%). Este grupo representa cerca de 8% da população rural de Moçambique. A maior concentração destes AFs encontra-se nas províncias de Nampula (20-30%), e Zambézia, Tete, e Inhambane, todas com 10 a 20%.

2.13 Outros Grupos Populacionais Vulneráveis à InSAN crónica

2.13.1 AFs com Qualidade de Dieta Pobre

A dieta típica dos moçambicanos que vivem nas zonas rurais consiste principalmente de alimentos básicos – com cereais consumidos em todo o país e mandioca e feijões consumidos mais frequentemente em Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Inhambane. Os vegetais são consumidos moderadamente, com a adição de folhas à dieta, especialmente nas províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Gaza e Maputo. Menos de um quarto dos moçambicanos que vivem em zonas rurais consomem frutas ou carne numa base regular.

No geral, de acordo com o estudo base, estima-se que apenas metade dos moçambicanos tem uma alimentação adequada⁴, segundo os padrões do MISAU. As famílias em Tete, Manica e Inhambane têm a pior adequação dietética, ao contrário de Zambézia e Sofala que verificam a melhor. As famílias marginais e os trabalhadores de baixo rendimento descritos acima, representam os grupos de sustento reportados com a pior adequação dietética.

2.13.2 AFs com Membros Sofrendo de Desnutrição

A desnutrição é um indicador social de pobreza absoluta de InSA, e representa os efeitos combinados de produção e disponibilidade, acesso aos alimentos, uso e utilização e,

⁴ Exemplos de dieta adequada: Dieta 1 – Cereais: 350g milho; 100g legumes; 150g hortícolas e frutas; 50ml óleo; e 50g açúcar. Esta dieta fornece 2287 kcal e 52g proteína or pessoa/dia

Dieta 2 – 150g milho e 350g mandioca; 150g legumes; 150g hortícola e fruta; 50ml óleo e 50g de açúcar. Esta dieta contribui com 2291kcal e 50g proteínas/pessoa/dia.

estabilidade dos mesmos ao longo do tempo. Mesmo quando a dieta de um indivíduo é adequada, os problemas de saúde resultantes de epidemias, falta de acesso a serviços de saúde e fraca disponibilidade de água potável, podem resultar em desnutrição.

Apesar da ocorrência de choques climáticos regulares, Moçambique tem sempre mantido as taxas de desnutrição aguda relativamente baixas (de acordo com as avaliações feitas em crianças com menos de 5 anos de idade pelo MISAU, utilizando os valores do peso por altura). O Estudo de Base de SAN (SETSAN, 2006) encontrou 4.5% de crianças magras⁵ – com Cabo Delgado e Tete revelando os piores resultados provinciais (8%).

A desnutrição crónica (avaliada pelo peso baixo para a idade ou atrofia em crianças com menos de 5 anos de idade) é, no entanto, excessivamente elevada em Moçambique, e representa um grande desafio em termos de desenvolvimento do capital humano para o país. O Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS, 1997 e 2003) e o Estudo de Base SAN (SETSAN, de 2006) estabelecem claramente que, embora a pobreza tenha diminuído significativamente nos últimos 10 anos, a desnutrição crónica não diminuiu. As taxas estabelecidas pelo Estudo de Base, indicam que 46% das crianças rurais, com menos de 5 anos de idade sofrem de desnutrição crónica com uma variação significativa entre as diferentes províncias.

2.14 A Equidade de Género e Análise Inter e Intra AFs

A Política Nacional do género advoga maior igualdade e equidade do género nas intervenções de desenvolvimento e estimula a elevação do estatuto da Mulher nos órgãos directivos e ao nível da Administração Pública. Assim, o Governo e a sociedade em geral têm realizado acções no sentido de gradualmente se superarem os desequilíbrios existentes a estes níveis.

O Plano Estratégico Nacional do Género é um instrumento de inclusão social, através do qual o Governo reconhece como condições essenciais para estimular o desenvolvimento económico e social sustentável, o reconhecimento dos direitos fundamentais da pessoa humana, as seguintes:

- Igualdade de direitos entre o homem e a mulher, promovendo a participação equitativa em todas as esferas de desenvolvimento socio-económico;
- Aumento dos níveis educacionais e de formação;
- Promoção do direito à saúde; e
- Aumento do acesso aos serviços básicos (incluindo água e habitação).

A equidade do género é fundamental na implementação da SAN. Para tal, é necessário envolver activamente a mulher em todas as esferas para a sua garantia, sendo exemplos a comercialização da produção, geração de rendimentos, manutenção das redes sociais e a tomada de decisão. Uma intervenção activa da mulher permite aumentar tanto a eficácia

⁵ É de notar que no caso de se utilizar a antiga curva de referência de OMS. A proporção estimada de crianças magras é de 4% a nível nacional. Isto é importante para a comparabilidade com as anteriores pesquisas nutricionais em Moçambique que utilizaram a antiga curva de referência, i.e. ISD 2003 e 1997.

como a eficiência e os aspectos de justiça social nos programas de desenvolvimento ou de intervenção na área de SAN.

2.15 Causas da InSAN

As causas da InSAN podem ser imediatas, adjacentes e básicas:

2.15.1 Causas Imediatas

Baixa disponibilidade de alimentos ao nível dos AFs:

- Falta de reservas alimentares durante um período de pelo menos 4 meses/ano;
- Desastres naturais (secas recorrentes, cheias, ciclones) afectando 5 a 10% da população;
- Baixo poder de compra dos AFs, por exemplo, a cesta básica mensal recomendada requer, pelo menos, o correspondente a 3 salários mínimos;
- Deficiente funcionamento dos mercados;
- Prática de agricultura de subsistência, com tecnologias e práticas rudimentares de produção;
- Gestão deficiente da produção e elevadas perdas pós-colheita;
- As assimetrias nos níveis de desenvolvimento nacional; e
- Diferenças nas zonas agro-climáticas.

Deficiente estado de saúde:

- Alta taxa de mortalidade infanto-juvenil: 178/1,000 (IDS, 2003);
- Baixa percentagem de crianças alimentadas exclusivamente em aleitamento materno durante os primeiros seis meses de vida (30%);
- Alta incidência de febre (27%) e diarreia (14%) entre crianças;
- Alta prevalência de malária (30-40% da mortalidade em crianças com menos de 5 anos de idade);
- HIV/SIDA (16.2% em 2004); e
- Alta taxa de prevalência das parasitoses intestinais e das anemias.

2.15.2 Causas Adjacentes

Acesso limitado aos alimentos:

- Acesso físico deficitário ao mercado nas zonas remotas; e
- Altos custos de transporte das zonas excedentárias para as deficitárias.

Baixa disponibilidade e acesso aos serviços de saúde:

- Baixo acesso aos serviços de saúde;
- Um médico para 26,545 habitantes; e
- Um trabalhador de saúde para 969 habitantes.

Cobertura vacinal inadequada:

- Percentagem de crianças dos 12 - 23 meses de idade completamente imunizadas: 63 % (áreas urbanas 81%, áreas rurais 56%). Entre crianças de mães sem educação: 49%. Entre crianças de mães com ensino secundário completo: 98%; e
- Percentagem de crianças que receberam todas as vacinas no 1º ano de vida: 44%.

Alta taxa de mortalidade materna:

- Mortes maternas em Moçambique: 408/100,000 (IDS, 2003);
- Acesso aos serviços de cuidados pré-natais: 85%;
- Partos institucionais: 47%; e
- Partos assistidos por uma profissional de saúde: 47%.

Altos níveis de pobreza absoluta:

- Pobreza absoluta 54,1% (IAF, 2003); e
- Níveis de desnutrição elevados e com tendência a agravarem-se.

Baixo acesso à água potável e saneamento:

- Baixo acesso a água potável: 36% (urbano 58%, rural 26%); e
- Baixo acesso às condições de saneamento pelos AFs (meio urbano 73%, meio rural 34%).

2.15.3 Causas Básicas

Baixo nível de educação e elevadas taxas de analfabetismo:

- Frequência do Ensino Primário (EP1, 6-10 anos): 61% (meio urbano 76%, meio rural: 55%, raparigas 59%, rapazes 63%) (IAF, 2003);
- Taxa de Analfabetismo: 53.6% (meio urbano 68%, meio rural 81%); e
- Taxa de analfabetismo entre mulheres: 68% (Quibb, 2001 e IAF, 2003).

Deficiente governação:

- Fraca capacidade de descentralização (planificação, gestão, intervenção, monitoria e avaliação) e deficiente envolvimento das comunidades;
- Falta de quadro jurídico ligado à SAN;
- Estrutura de Coordenação da SAN insuficiente para atender os desafios da multisectorialidade; e
- Falta de articulação entre as políticas multisectoriais e sectoriais ligadas a SAN.

Tabus, crenças, práticas tradicionais e religiosas negativos:

- Fraco conhecimento e disseminação de “boas práticas de saúde – nutrição – cuidado”;
- Fraco conhecimento e disseminação das “boas práticas tradicionais”;
- Deficiente distribuição intra – AF; e
- Fraco conhecimento dos direitos e deveres, em particular DHAA.

Baixa disponibilidade de recursos estruturais:

- Baixo Produto Interno Bruto per capita (2005): cerca de US\$ 200 per capita anual; e
- Cerca de 95% da força laboral está no sector agrícola e a maioria (70% da população total) pratica uma agricultura de subsistência, com baixo nível tecnológico e muito baixa produtividade.

3 ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

A elaboração da estratégia consiste na definição dos seguintes elementos:

- Principais desafios;
- Princípios básicos;
- Directrizes;
- Visão;
- Objectivos e Metas Estratégicas;
- Pilares estratégicas; e
- Plano de acção.

3.1 Principais Desafios

São considerados como principais desafios os seguintes:

- Estabelecimento da SAN e do DHAA como elemento central nas estratégias sectoriais, a todos os níveis de governação e no combate à pobreza absoluta em Moçambique;
- Inclusão sistematizada de SAN em alinhamento com o processo de planificação descentralizada (PEDD e PES) e o reforço do envolvimento comunitário no processo através da metodologia participativa;
- Estabelecimento do dever do Estado e responsabilidade da sociedade civil e de mais actores na satisfação da SAN de forma permanente na perspectiva do DHAA: respeitar, proteger, promover e prover;
- Identificação e estabelecimento de mecanismos de exigibilidade da realização de SAN e o DHAA;
- Redução dos actuais níveis de pobreza, desnutrição crónica e aguda existentes no país, de acordo com o Plano Quinquenal do Governo, o PARPA II, a Declaração da Política Nacional da Saúde, CMA e os ODMs;
- Operacionalização duma intervenção multisectorial e interinstitucional que garanta que as dimensões da SAN sejam tratadas de forma equilibrada, segundo as causas concretas da vulnerabilidade à InSAN de cada região;
- Descentralização da agenda de SAN a nível provincial e distrital e alargamento para as áreas mais remotas do país;
- Definição clara dos titulares de direito, privilegiando os AFs de subsistência deficitária (ex. Agricultores de subsistência e mulher) e de baixa renda, os AFs com uma dieta pobre e os AFs com membros sofrendo de desnutrição crónica;

- Fortalecimento das comunidades e autoridades locais na assumpção do protagonismo no combate à fome e à desnutrição para a realização do direito a alimentação adequada;
- Fortalecimento da organização da sociedade civil e estabelecimento de mecanismos de controle social sobre as políticas de SAN;
- Aprofundamento da questão de género e da responsabilidade intra e inter-familiares;
- Estabelecimento de reservas estratégicas de sementes e alimentos;
- Realização de pesquisa incluindo aprofundamento do conhecimento dos aspectos antropológicos relacionados com a SAN; e
- Contribuir para a construção e/ou reabilitação de infra-estrutura (ex. água, saneamento, estradas, mercados, rede eléctrica, etc.) relacionadas com a SAN.

3.2 Princípios Básicos

Os princípios básicos são os valores sobre os quais assentam os restantes elementos estratégicos como a visão, as dimensões estratégicas e o plano de acção. Os princípios básicos da ESAN II são:

- Universalidade, equidade e integralidade;
- Promoção da dignidade da pessoa humana;
- Participação, transparência, responsabilização e prestação de contas; e
- Transversalidade e multisectorialidade.

A ESAN II prioriza as actividades que beneficiam o desenvolvimento equilibrado do género dando a devida atenção à mulher, que contribuem para o combate ao HIV/SIDA e a melhoria da gestão dos recursos ambientais.

3.3 Directrizes

As directrizes da ESAN II são:

- Colaboração mútua das entidades intervenientes em acções de SAN;
- Promoção da descentralização administrativa e engajamento comunitário;
- Monitoria e avaliação permanente da situação e da execução de programas de SAN, a todos os níveis de governação incluindo a perspectiva do DHAA;
- Mobilização de recursos e orçamento para as actividades de SAN;
- Promoção da capacitação institucional;
- Pesquisa em SAN; e
- Promoção da produtividade e de formas alternativas de renda.

3.4 Visão

A visão da ESAN é a seguinte:

Uma sociedade moçambicana livre da fome, com um capital humano saudável e activo.

3.5 Objectivos e Metas Estratégicas

A ESAN II assume os objectivos e metas do milénio e do PARPA II nas esferas de alimentação e nutrição. As metas da ESAN II são intermédias (2009/2010)⁶ e finais (2015).

O **objectivo geral estratégico** da ESAN II é de garantir que todos os cidadãos tenham, a todo o momento, acesso físico e económico aos alimentos necessários, de modo a que tenham uma vida activa e saudável, realizando o seu direito humano à alimentação adequada.

Os **principais objectivos específicos estratégicos** da ESAN II são:

- Garantir a auto-suficiência alimentar do país;
- Contribuir na melhoria do poder de compra dos AFs;
- Reduzir a incidência de desnutrição (aguda e crónica) através do melhoramento das condições de saúde, água saneamento do meio e educação alimentar e nutricional;
- Garantir de forma progressiva a realização do direito humano à alimentação adequada para todos os cidadãos;
- Aumentar a capacidade dos AFs em responder as variações sazonais quanto a produção, o acesso físico e económico à alimentos adequados; e
- Criar e desenvolver uma estrutura adequada para uma intervenção multisectorial e interinstitucional abrangente e inclusiva.

⁶ As metas intermédias coincidem com o prazo do Programa Quinquenal do Governo e com o PARPA II, isto é, 2009. Os indicadores de nutrição estão de acordo com o prazo do Plano do MISAU, 2010. As metas finais estão de acordo com o prazo dos ODM.

Tabela 4. Indicadores e as metas da ESAN II são:

<i>Objectivo específico</i>	<i>Indicador de Resultados</i>	<i>Estado Actual</i>		<i>Meta Intermédia (2009/2010)</i>		<i>Meta Final (2015)</i>
		<i>Ano</i>	<i>Valor</i>	<i>Ano</i>	<i>Valor</i>	
Garantir a auto-suficiência alimentar do país	Redução das perdas pós colheitas ao nível dos AFs	2005	30%	2009	20%	10%
	Aumento da produção de culturas alimentares básicas	2006	5-7 % para cereais	2009	8%	10%
	Aumento de efectivos de gado (bovino, caprino etc) de corte e de leite	2006	5-7% aumento do efectivo pecuário nas pequenas e médias explorações Aumento de 10-30 cabeças de cabeças de gado em cada exploração	2009	10 % Aumento de gado Aumento de pelo menos 70 cabeças de gado por exploração	15% Aumento de gado Aumento de 100 cabeças de gado por exploração
	Aumento de aquacultores no meio rural	2006	0%	2012	12%	
	Aumento do desembarque da pesca artesanal	2004	80.000 Tons	2009	115.000 Tons	
	Infra-estruturas de apoio ao desembarque e conservação do pescado	2004	0	2009	7	
	Aumento da percentagem de explorações agrícolas com posse de terra que tem DUAT	2005	1.1%	2009	1.3%	
Contribuir para a melhoria do poder de compra dos AFs	Melhoria do poder de compra dos AFs para aquisição da cesta básica de alimentos mensal	2003	Salário mínimo suficiente somente para um terço da cesta básica mensal.	2009	Salário mínimo suficiente para a cesta básica mensal	Salário mínimo suficiente para a cesta básica e para poupança positiva de 10% para a aquisição de bens duradouros.
	Criação de mercados de produtos de pesca	2004	Sem informação detalhada.	2009	5	

<i>Objectivo específico</i>	<i>Indicador de Resultados</i>	<i>Estado Actual</i>		<i>Meta Intermédia (2009/2010)</i>		<i>Meta Final (2015)</i>
		<i>Ano</i>	<i>Valor</i>	<i>Ano</i>	<i>Valor</i>	
	Redução da proporção da população com rendimento inferior a um dólar dia	2003	54.1%	2009	47.2%	45%
Reduzir a Prevalência de desnutrição (aguda, crónica, e por deficiências de micronutrientes) através do melhoramento das práticas nutricionais e hábitos alimentares, das condições de saúde, água e saneamento do meio	Redução da taxa de prevalência da desnutrição crónica (baixa altura para a idade)	2003	41%	2010	30%	20%
	Redução da taxa de prevalência de desnutrição actual (baixo peso para a idade)	2003	24%	2010	18%	13%
	Redução da taxa de prevalência de desnutrição aguda (baixo peso para altura)	2003	5-10%	2009	0-5%	0-5%
	Redução da percentagem de recém-nascidos com baixo peso à nascença (inferior a 2.500 gramas)	2004	10%	2010	7%	4%
	Redução da taxa de prevalência de carência de iodo	2004	68%	2010	50%	30%
	Redução da taxa de prevalência de anemia em crianças, mulheres em idade fértil	2002	75% crianças dos 6 aos 59 meses 53% Mulheres	2010	50% crianças 30% Mulheres	30% Crianças 15% Mulheres
	Redução da taxa de prevalência da carência de vitamina A, em crianças e nas mulheres em idade fértil	2002	69% crianças de 6 aos 59 meses e 11% mulheres	2010	40% crianças 5% mulheres	25% crianças 1% mulheres
	Aumento da população com acesso à água potável nas zonas urbanas e rurais	2005	41% (urbano) 37% (rural)	2009	53%	70%
	Aumento da população com acesso ao serviço de saneamento nas zonas urbanas	2005	38% urbano 35% rural	2009	40% urbano 37% rural	60%

<i>Objectivo específico</i>	<i>Indicador de Resultados</i>	<i>Estado Actual</i>		<i>Meta Intermedia (2009/2010)</i>		<i>Meta Final (2015)</i>
		<i>Ano</i>	<i>Valor</i>	<i>Ano</i>	<i>Valor</i>	
Aumentar a capacidade dos AFs em responder as variações sazonais quanto a produção, o acesso físico e económico à alimentos adequados	Redução do número de meses sem reservas alimentares	2005	4-5 meses	2009	3 meses	0 meses
	Aumento da percentagem de AFs que tem acesso a infraestrutura hidro-agrícolas	2005	3%	2009	10%	20%
	Percentagem de estradas em condições boas e razoáveis	2005	69%	2009	78%	
	Aumento do número de mercados dos produtos alimentares monitorados dando atenção às regiões mais remotas	2006	Mercados existentes principalmente ao nível das vilas e cidades	2009	Mercados e feiras existentes nas cidades, vilas e todos os locais com produção e ou consumo relevante; facilidade de acesso físico e económico a esses mercados	
	Criação reservas estratégicas de sementes em cada província	2006	Não existe reserva estratégica de sementes	2009	Criação de reservas estratégicas em todas as províncias	Cobrir os distritos mais propensos aos choques de InSAN Aguda
Garantir de forma progressiva a realização do direito humano à	Estabelecimento de mecanismos de exigibilidade de direitos	2006	Não existem mecanismos	2009	Instrumentos e mecanismos adequados e conhecidos	Estado e População capacitados sobre os mecanismos de exigibilidade
	Lei e regulamento para o DHAA aprovado pela AR	2006	Ausência de legislação	2009	Lei e Regulamento Aprovado	

<i>Objectivo específico</i>	<i>Indicador de Resultados</i>	<i>Estado Actual</i>		<i>Meta Intermeória (2009/2010)</i>		<i>Meta Final (2015)</i>
		<i>Ano</i>	<i>Valor</i>	<i>Ano</i>	<i>Valor</i>	
alimentação adequada para todos os cidadãos	SAN e DHAA inseridos na Constituição da República de Moçambique (CRM)	2006	Ausência de SAN e DHAA na CRM	2009		SAN e DHAA inseridos na CRM
Criar e desenvolver uma estrutura adequada para uma intervenção multisectorial e interinstitucional abrangente e inclusiva	SETSAN eficiente e eficaz no cumprimento das funções de coordenação da agenda de SAN	2006	SETSAN sem estrutura adequada para o cumprimento das suas atribuições	2009	Reforço da Institucional do SETSAN a nível central provincial	Estabelecidos SETSAN Distritais no país.

Fonte: PARPA II, PESPA, IDS, MISAU, MINAG, MIC e SETSAN.

3.6 Pilares Estratégicos

Os pilares estratégicos são os principais vectores a partir dos quais se estruturam as actividades estratégicas. Os pilares da ESAN II serão constituídos pelos elementos comuns e não comuns das dimensões do DHAA, da ESAN I e do PARPA II.

Os pilares estratégicos da ESAN II são os seguintes: (i) produção e disponibilidade; (ii) acesso; (iii) uso e utilização; (iv) adequação; e (v) estabilidade de alimentos. As definições dos pilares constam na secção 1.2 anterior.

3.6.1 Plano de Acção

A SAN é um tema transversal, que envolve sectores como a agricultura, a pecuária, as pescas, o comércio, os transportes, a educação, a saúde, o emprego, a acção social, e o ambiente. Assim, a ESAN II deve materializar-se através de um instrumento de implementação igualmente transversal, que é o Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional (PASAN) que deve estar em alinhamento com os vários Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital reforçado pela participação comunitária.

O PASAN cobre um horizonte temporal de 2008 a 2015. O plano tem o objectivo geral de contribuir para a melhoria da SAN no seio das populações em situação de desnutrição crónica e/ou risco de fome, tendo em conta as diversas zonas de economias alimentares⁷

⁷ Zonas de Economia alimentares descrevem a habilidade com que os agregados familiares têm acesso aos alimentos. A Economia alimentar é considerada como o segmento da economia que abrange as actividades

existentes no país. O PASAN consta de um documento separado, e é parte integrante da ESAN II.

4 IMPLEMENTAÇÃO DA ESAN II

Esta secção tem como objectivo a definição do papel dos principais intervenientes na SAN, nomeadamente: o Estado; autarquias locais; autoridade tradicional; sociedade civil, sector privado; doadores; e organizações das Nações Unidas.

4.1 O Papel do Estado, Autarquias Locais e Autoridade Tradicional

O Estado, as autarquias locais e autoridade tradicional têm um papel fundamental na garantia na criação de condições para a realização do direito á alimentação; ou seja a liderança e garantia da execução da ESAN II, e em particular devem:

- Garantir a disponibilidade e acesso aos alimentos por meio da promoção da produção (através do desenvolvimento da agricultura, pecuária, aquacultura, piscicultura), do processamento, da industrialização, e da comercialização dos alimentos; assim como da melhoria da rede rodoviária, do poder de compra dos AFs, e de geração de mais postos de emprego;
- Criar um ambiente favorável ao investimento nacional e estrangeiro visando garantir a SAN;
- Providenciar informação sobre o estado de SAN, grau de vulnerabilidade e população afectada pela InSAN;
- Inserir a SAN nas políticas e estratégias multisectoriais e sectorias;
- Garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e estabelecer mecanismos de exigibilidade;
- Intensificar acções que promovam a produção de produtos alimentares estratégicos tais como os cereais, raízes e tubérculos, leguminosas de grão, frutas, hortícolas, castanha de caju, algodão, chá, gado bovino, pequenos ruminantes, produtos lácteos, avícolas e piscícolas;
- Prestar cuidados primários de saúde (ex. vacinação, desparasitação, redes mosquiteiras) aos grupos mais vulneráveis (crianças dos 0-5 anos, mulheres grávidas ou lactantes, COVs, PVHS, pessoa idosa, e pessoas portadores de deficiência);
- Promover iniciativas de diversificação de renda familiar e das comunidades como forma de reduzir os riscos aliados à agricultura de subsistência;
- Melhorar o acesso dos AFs às fontes de água potável e recursos energéticos;
- Fortalecer e mapear as redes de SAN comunitárias, nos postos administrativos, distritos e províncias e promover a troca de experiência entre diversas comunidades;

relacionadas com a produção, transformação, armazenagem, distribuição dos produtos alimentares e a preparação e consumo de alimentos numa determinada área geográfica.

- Criar mecanismos para reforçar o poder comunitário no diagnóstico e resolução dos problemas de SAN;
- Garantir a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;
- Garantir os serviços básicos de saúde, saneamento do meio, educação nutricional e conservação e processamento dos alimentos;
- Garantir a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como o seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis;
- Realizar pesquisas no âmbito da SAN, tais como sobre consumo de frutos e animais silvestres, utilização de bio-combustíveis e a preservação dos recursos florestais e estudos antropológico;
- Mobilizar recursos no âmbito da implementação do PASAN;
- Desenvolver e expandir os serviços de extensão agrária, aquacultura, piscicultura, agro-processamento, e comercialização;
- Fomentar o associativismo e cooperativismo como forma de aumentar a produção e fortalecer os produtores de pequena escala, camponeses e piscicultores;
- Disseminar e integrar as boas práticas de SAN;
- Compilar e disseminar as boas práticas para ultrapassar a InSAN;
- Capacitar as comunidades na comparticipação e resolução dos seus próprios problemas em parceria com as instituições do Governo e a sociedade civil; e,
- Garantir a educação em SAN a todos os níveis e capacitar os gestores públicos e cidadãos sobre as suas obrigações relacionadas com o DHAA.

4.2 O Papel da Sociedade Civil

A Sociedade civil é representada pelas ONGs nacionais e estrangeiras, associações, organizações religiosas e organizações comunitárias de base (OCB). De um modo geral, jogam um papel importante para a garantia da SAN, nos seguintes termos:

- Participar na formulação de políticas e programas, monitoria e avaliação de SAN, promovendo o envolvimento das populações;
- Contribuir para a inclusão de SAN na planificação e implementação descentralizada fortalecendo o papel das comunidades em todas as fases do processo;
- Capacitar a comunidade e estruturas comunitárias abaixo do distrito visando reforçar o protagonismo dos grupos mais vulneráveis na resolução dos seus problemas;
- Contribuir na identificação de pessoas vulneráveis à InSAN com vista a implementação de programas específicos;
- Influenciar o Estado na edificação de infra-estruturas locais viradas para a SAN;
- Educar o cidadão sobre boas práticas agro-pecuárias, piscicultura, alimentação e nutrição nas formas alternativas de geração de renda, produção, armazenamento e comercialização de produtos alimentares;
- Contribuir para a educação cívica do cidadão sobre o DHAA;
- Colaborar na saúde e educação nutricional comunitária;
- Identificar, compilar e disseminar as boas práticas de SAN;

- Contribuir para a inclusão da mulher nos programas de desenvolvimento, educação alimentar e nutricional e igualdade de géneros;
- Facilitar a formação de associações dos produtores agro-pecuários, aquacultores, pescadores, florestais, artesãos e capacitá-las em técnicas melhoradas de produção, tratamento pós-colheita e comercialização;
- Apoiar a criação de mecanismos de exigibilidade de direitos; e,
- Promover a análise de políticas na perspectiva do DHAA.

4.3 O Papel do Sector Privado

O sector privado é um parceiro fundamental na implementação da SAN através da produção, transporte e comercialização de alimentos e produtos de rendimento e na geração do emprego e da renda, para além de contribuir para melhoria nas infra-estruturas para a educação, saúde e para a preservação do meio ambiente.

4.4 O Papel das Organizações das Nações Unidas

O quadro da assistência de desenvolvimento das Nações Unidas em Moçambique tem em vista a implementação correcta e viável dos compromissos assumidos internacionalmente e das políticas públicas aprovadas pelo Governo, nomeadamente:

- Apoiar no provimento da assistência técnica e na mobilização de recursos financeiros para os diversos programas para a erradicação da fome e pobreza em Moçambique;
- Contribuir para uma rápida mobilização e intervenção humanitária no terreno, em caso de intempéries;
- Promover e contribuir para a criação de um ambiente apropriado para o desempenho integrado das estruturas do Governo e da sociedade civil no reforço da capacidade comunitária no combate a pobreza e à InSAN;
- Contribuir para o fortalecimento de sistemas de informação para a acção;
- Apoiar as iniciativas de boa governação, descentralização e implementação dos princípios dos direitos humanos; e,
- Apoiar a capacitação institucional e dos quadros, a todos níveis, no âmbito de SAN.

4.5 O Papel da Academia e Investigação

Nos últimos anos, diferentes actores têm colocado os seus esforços no âmbito da melhoria da situação de SAN no país. No entanto, dados existentes não indicam uma melhoria da situação. Neste sentido, ainda existe uma necessidade de se aprofundar a análise da InSAN.

O princípio da pesquisa aplicada aliado a filosofia de adesão visando orientar informação para acção deve ser encorajado com o objectivo de melhor responder aos desafios de desenvolvimento e combate a InSAN, tendo em conta a realidade local e numa perspectiva de demanda do cliente (governo central, provincial, distrital e comunidade).

O processo de massificação do tratamento de SAN e a emergência da massa crítica passará necessariamente pela adopção de formas inovadoras múltiplas para a mobilização de estudantes, académicos e pesquisadores em priorizar acções, visando responder aos desafios práticos associados a pobreza absoluta e a InSAN. Preconiza-se que os resultados obtidos irão contribuir para a orientação das intervenções e calibrar as diversas medidas de políticas e estratégias nacionais.

Assim, os centros de pesquisa e outras instituições académicas de investigação são chamados a participar activamente na análise da situação da SAN no país e na proposta de caminhos para o seu melhoramento.

5 A COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESAN II

Actualmente a estrutura que coordena a SAN no país é o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição (SETSAN). O SETSAN funciona como um departamento da Direcção Nacional dos Serviços Agrários e é presidido pela Vice-Ministra da Agricultura. De um modo geral, constatam-se os seguintes constrangimentos para o seu funcionamento:

- Estrutura demasiadamente restrita;
- Leque de atribuições elevado;
- Falta de recursos financeiros e humanos;
- Dificuldades de articulação com os diversos sectores que concorrem para a SAN;
- e,
- Dependência de fundos externos.

De modo a ultrapassar os constrangimentos e considerando a importância política da SAN em Moçambique, o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) é a estrutura de coordenação multisectorial da SAN em Moçambique com a seguinte **missão**:

Assegurar a coordenação e articulação de políticas, planificação, avaliação e monitoria dos programas e acções dentro de um quadro intersectorial, a diversos níveis, preservando o papel específico de cada Ministério, instituição pública, organismo da sociedade civil e do sector privado, com vista a garantir que a SAN fortaleça o desenvolvimento do capital humano em Moçambique.

São órgãos do SETSAN:

- O Presidente
- O Vice-Presidente
- O Conselho Consultivo
- O Secretariado Executivo
- O Comité Técnico

O SETSAN não é um órgão de implementação, mas sim de coordenação, promoção, monitoria e avaliação das actividades realizadas pelos organismos lineares do Governo e outros intervenientes no âmbito da SAN.

5.1 Quadro Institucional

O actual quadro de SAN em Moçambique caracteriza-se por um elevado número de entidades intervenientes. A coordenação é, portanto, crucial para garantir que as acções são orientadas para grupos alvos específicos e sejam implementadas de forma holística. A coordenação da SAN no país é assim realizada sob os auspícios do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN).

O SETSAN é composto por representantes do sector público, privado, sociedade civil, doadores e Organizações das Nações Unidas, com poder de decisão, dotado de autonomia administrativa. São membros do SETSAN os seguintes:

- Ministro da Agricultura
- Ministro da Saúde
- Ministro da Educação e Cultura
- Ministro da Administração Estatal
- Ministro da Justiça
- Ministro da Indústria e Comércio
- Ministro de Transportes e Comunicações
- Ministro de Coordenação para a Acção Ambiental
- Ministro da Mulher e Acção Social
- Ministro das Obras Públicas e Habitação
- Ministro da Planificação e Desenvolvimento
- Ministro das Pescas
- Sociedade civil
- Agências das Nações Unidas
- Doadores Nacionais e Internacionais que trabalham em SAN.

5.2 Descentralização da agenda de SAN

De um modo geral, os objectivos da descentralização da agenda de SAN são:

- Fortalecer a coordenação efectiva entre os intervenientes de SAN;
- Garantir a integração de SAN no processo de planificação distrital e o reforço do protagonismo das comunidades ao nível distrital;
- Definir uma estratégia para a advocacia a todos os níveis e sectores no âmbito da ESAN realçando os aspectos do DHAA;
- Estabelecer um banco de dados activo e um centro de informação de SAN;
- Garantir o fluxo de informação periódica a todos os níveis;
- Mobilizar recursos para o funcionamento do SETSAN-Provincial;
- Influenciar a tomada de decisão apropriada na província;

- Elaborar propostas de instrumentos normativos e metodológicos para avaliação da vulnerabilidade à InSAN e a implementação das acções que visam a melhoria da situação da SAN das populações;
- Estimular a inclusão de SAN nos PEDDs e nos PES, incluindo o processo de orçamentação;
- Encorajar a montagem de uma plataforma comum de intervenção e de angariação de recursos para a implementação de SAN de forma descentralizada;
- Incrementar o papel da sociedade na assistência às comunidades, quer em termos de capacitação, quer em termos da adopção de metodologias participativas que visem priorizar o envolvimento efectivo dos grupos mais vulneráveis e mais pobres no processo de decisão das prioridades de desenvolvimento; e,
- Fazer a monitoria e avaliação das actividades do PASAN.

A nível provincial o SETSAN é representado pelo Governador Provincial e no Distrito, pelo Administrador do Distrito.

O SETSAN-Provincial é um órgão intersectorial que, ao nível de cada província, assegura a implementação da ESAN II, e tem como mandato coordenar e garantir o sucesso da formulação e implementação e monitoria de políticas e programas de SAN por todos os intervenientes: Governo, Sociedade Civil, Doadores, Agências das Nações Unidas e sector privado.

O SETSAN-Provincial deve ser um fórum representativo, funcional e credível para influenciar a formulação de políticas, a planificação e implementação de actividades de SAN, bem como a monitoria e avaliação no contexto da ESAN II.

5.3 Factores Críticos de Sucesso

São factores críticos de sucesso da ESAN II os seguintes:

- Cometimento político a todos os níveis;
- Fortalecimento comunitário efectivo;
- Alinhamento da ESAN II com o processo de planificação descentralizada;
- Compromisso financeiro a nível do Governo, para a implementação da ESAN II ao nível sectorial e da coordenação multisectorial;
- Apoio da Comunidade Internacional;
- Reforço da capacidade institucional e da visibilidade do SETSAN; e,
- Monitoria e Avaliação.

PARTE B – PLANO DE ACÇÃO DE EGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

6 PLANO DE ACÇÃO

6.1 Introdução

O Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional (PASAN) cobre um horizonte temporal de 2008 a 2015. O PASAN surge com o objectivo geral de contribuir na planificação, orçamentação, implementação, monitoria e avaliação de acções que concorrem para a melhoria da SAN no seio das populações vulneráveis à InSAN, tendo em conta as diversas zonas de economias alimentares⁸ existentes no país.

A erradicação da fome e das suas causas constitui uma preocupação colectiva e com dimensão mundial, que se tem traduzido no esforço de coordenação de políticas e programas ao nível global, regional e nacional.

Moçambique é signatário da Declaração de Roma e do Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação em 1996, nos quais Chefes de Estado exprimem o compromisso e a vontade política de reduzir o número de pessoas malnutridas em 50% até ao ano 2015. Trata-se de um desafio gigantesco para o país e exige a liderança do Governo e a participação de toda a sociedade civil, do sector privado, dos parceiros de cooperação e dos demais intervenientes da ESAN.

O PASAN surge como um instrumento estratégico da ESAN II adoptado pelo Governo de Moçambique para materializar a implementação multisectorial das acções mestras de SAN no país. Sendo assim, os objectivos específicos do PASAN são coincidentes com os da ESAN, sendo resumidamente os seguintes:

- Garantir a auto-suficiência alimentar do país;
- Contribuir na melhoria do poder de compra dos AFs;
- Reduzir a incidência de desnutrição (aguda e crónica) através do melhoramento das condições de saúde, água saneamento do meio e educação alimentar e nutricional;
- Garantir o fortalecimento comunitário na resolução dos problemas de SAN em alinhamento com o processo de planificação descentralizada;
- Garantir de forma progressiva a realização do direito humano à alimentação adequada (DHAA) para todos os cidadãos;
- Aumentar a capacidade dos AFs em responder as variações sazonais quanto a produção, o acesso físico e económico à alimentos adequados;
- Criar e desenvolver uma estrutura adequada para uma intervenção multisectorial e interinstitucional abrangente e inclusiva;
- Monitorar e avaliar a situação aguda e crónica de SAN; e
- Lidar com os temas transversais tais como: Género, HIV/SIDA e meio ambiente.

⁸ Zonas de Economia alimentares descrevem a habilidade com que os agregados familiares têm acesso aos alimentos. A Economia alimentar é considerada como o segmento da economia que abrange as atividades relacionadas com a produção, transformação, armazenagem, distribuição dos produtos alimentares e a preparação e consumo de alimentos numa determinada área geográfica.

De modo geral, o grupo alvo das acções do PASAN é a população moçambicana com diferentes *formas de vida* que podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- AFs de subsistência muito deficitária (no limite da sobrevivência);
- AFs de subsistência deficitária e de baixa renda;
- AFs de baixa produção;
- AFs de produção média e altamente diversificada;
- AFs auto-suficientes;
- AFs grandes produtores de culturas alimentares, economicamente e altamente diversificados;
- AFs grandes produtores de culturas alimentares e de rendimento;
- AFs grandes produtores economicamente estáveis; e
- AFs com trabalho formal e comerciantes.

Os principais beneficiários, ou titulares de direito das acções do PASAN são os grupos mais vulneráveis à InSAN, nomeadamente: (i) AFs de subsistência muito deficitária (no limite da sobrevivência); AFs de subsistência deficitária e de baixa renda; e AFs de baixa produção. Para além destes grupos, encontram-se subgrupos em quase todas as formas de vida incluindo as menos vulneráveis: (ii) AFs com qualidade de dieta pobre; e (iii) AFs com membros sofrendo de desnutrição.

O PASAN orienta-se nos cinco pilares da ESAN II nomeadamente: (i) produção e disponibilidade, (ii) acesso económico e físico aos alimentos, (iii) uso e utilização, (iv) adequação dos alimentos; e (v) estabilidade. O PASAN agrega ainda os seguintes vectores de planificação: (i) monitoria e avaliação da situação de SAN no país; (ii) reforço institucional da estrutura de coordenação; e (iii) os temas transversais (género, HIV/SIDA e ambiente) que têm uma forte relação com a SAN.

6.2 Metodologia da Elaboração do PASAN

A elaboração do PASAN teve como base a ESAN II, de que é parte integrante, e baseou-se na seguinte metodologia:

- Realização de entrevistas estruturadas aos informantes chaves na área de SAN;
- Realização de trabalhos de grupos com os membros e parceiros do SETSAN-Central e os pontos focais dos SETSAN-Regionais;
- Estudo de Base Sobre SAN com Inquéritos aos AFs (SETSAN, 2006);
- Apresentação do primeiro esboço da ESAN II e o respectivo plano de acção comité de Acompanhamento;
- Realização de cinco mesas redondas presididas pelos directores nacionais dos sectores relevantes que influenciam os cinco pilares da ESAN II: (i) produção e disponibilidade, (ii) acesso económico e físico aos alimentos, (iii) uso e utilização, (iv) adequação dos alimentos; e (v) estabilidade. Cada mesa de auscultação contou com cerca de 25 participantes;
- Realização de uma mesa redonda com a Sociedade Civil;

- Debate e enriquecimento do primeiro esboço em todas as províncias e em três seminários regionais: Sul, Centro e Norte. Estes seminários regionais contaram com uma assistência média de 60 participantes; e
- Reconciliação das actividades, metas estratégicas e indicadores da ESAN II e do orçamento indicativo do PASAN com o Ministério da Saúde, Ministério das Pescas, Ministério da Agricultura, Ministério da Mulher e Acção Social, o Ministério da Planificação e Desenvolvimento e o Ministério de Coordenação para a Acção Ambiental.

As actividades estratégicas do PASAN foram alinhadas com:

- *Compromissos Internacionais:* Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher de 1979, Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos de 1989, Convenção dos Direitos da Criança de 1989, Cimeira Mundial da Alimentação (1996), Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança de 2000, os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (2000), Directrizes Voluntárias em apoio à realização do DHAA no contexto da SAN (2004);
- *Compromissos do Continente Africano:* NEPAD, Declaração de Maputo (2003), Plano de Acção de Segurança Alimentar (Declaração de Abuja, 2006);
- *Políticas e Estratégias Nacionais:* Das políticas nacionais salientam-se a Agenda 2025, o Programa Quinquenal do Governo (PQG), o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II), o Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV/SIDA (2005-2009), e as políticas e estratégias sectoriais e multisectoriais: a Política de Agricultura e Estratégia de Implementação (PAEI), o Programa de Agricultura (PROAGRI), a Estratégia da Educação, a Política da Saúde, a Política e Estratégia Nacional do Género, a Estratégia de Desenvolvimento Nutricional, a Política e Estratégia da Indústria, a Política e Estratégia do Comércio, a Política e Estratégia de Estradas, a Estratégia de Comercialização Agrícola (ECA), a Estratégia de Desenvolvimento Rural e o Plano Director de Combate às Calamidades Naturais, a Política das Pescas e Plano Estratégico da Pesca Artesanal (PESPA), a Estratégia para a Pescaria de Camarão, a Estratégia de Desenvolvimento da Aquacultura em Moçambique; Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (1998), Estudo de Caso de SAN (2005) e o Plano Distrital de Desenvolvimento (1998).

6.3 *Estratégia de Intervenção do PASAN*

O PASAN estabelece os objectivos, actividades e suas prioridades, metas e indicadores específicos, os responsáveis pela implementação de cada actividade estratégica, os colaboradores e o cronograma de acção; define os beneficiários ao nível nacional e de cada província; indica a estrutura de coordenação, o orçamento para todas as actividades, incluindo a monitoria e avaliação.

A identificação das acções específicas inscritas no PASAN anual deve ser realizado num processo participativo de resolução de problemas de médio e longo prazos, ou seja, de sustentabilidade do combate à fome, desnutrição crónica tendo em conta os aspectos de integração territorial à luz dos esforços do governo em que toma o distrito como o pólo de planificação e desenvolvimento.

O PASAN está em alinhamento com o processo de planificação distrital. O processo tem essencialmente dois produtos, sendo o primeiro referente ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital (Cinco anos) e o Plano Económico-social (anual).

A definição das actividades estratégicas teve em conta os pilares estratégicos da ESAN II e os vectores de planificação:

Pilares Estratégicos	Produção e Disponibilidade
	Acesso
	Uso e Utilização
	Adequação
	Estabilidade
Vectores de Planificação	Monitoria e Avaliação
	Reforço Institucional do SETSAN
	Assuntos transversais: género, HIV/SIDA e ambiente

As actividades mencionadas abaixo não representam uma receita para os intervenientes de SAN incluindo as comunidades; fornece as categorias das áreas prioritárias e um processo de sistematização alinhado com os diversos indicadores. Deste Plano serão elaborados, de modo participativo, os PASAN provinciais, distritais e de comunidade.

6.4 Actividades Estratégicas do PASAN

Prioridade	Actividades	Situação Actual	Indicador de Execução	Responsável	Colaboradores
Produção e Disponibilidade de Alimentos					
1	Intensificar acções que promovam a produção de alimentos ricos em calorias e vitaminas, particularmente, de plantas tradicionais hortícolas, produtos de origem animal, pesqueiro e de rendimento tais como castanha de caju, algodão, chá, tabaco, criação de animais de pequena espécie e de gado	Baixa produção e produtividade. Disponibilidade alimentar insuficiente ao nível dos AFs, particularmente nas zonas áridas e semifluidas.	Crescimento da produção nacional de alimentos em 10% ao ano até 2015.	MINAG; MP	Governos Provinciais, Sociedade Civil, Sector Privado, Associações de produtores, Autoridades comunitárias, Organizações das Nações Unidas
2	Assegurar a disponibilidade de insumos de produção junto aos agricultores de subsistência.	Os agricultores utilizam parte da sua produção para efeitos de semente. Não existe a prática de aquisição de sementes certificadas, assim como agro-químicos.	Aumento do uso de sementes melhoradas, de adubos e de agroquímicos em 5% ao ano até 2009 e 3% de 2010 até 2015.	MINAG, Governos Provinciais.	Governos Provinciais, Sociedade Civil, Autoridades comunitárias.
3	Fortalecer o sistema da informação de aviso-prévio sobre o desempenho da campanha agrícola e prognóstico de produção, por forma a reduzir os efeitos da vulnerabilidade aguda.	Sistemas de aviso prévio existem mas precisam de ser mais transparentes, melhorados e integrados.	Monitorada a campanha agrícola adequadamente	MINAG DPAs	INGC, INAM, Órgãos de comunicação social, Sociedade Civil, Sector Privado, Doadores, Organizações da Nações Unidas

Prioridade	Actividades	Situação Actual	Indicador de Execução	Responsável	Colaboradores
4	Formar regularmente agricultores de pequena escala no uso apropriado de tecnologias melhoradas (sementes melhoradas, uso de agroquímicos e produção sustentável) para melhorar a produtividade e aumentar a produção.	A rede nacional de extensão rural é frágil. Existem experiências de escola na machamba em três províncias (Maputo, Manica e Sofala).	Novas Tecnologias adoptadas pelos produtores familiares. Altos níveis de produção com sustentabilidade e elevada produtividade: divulgadas experiências de “ <i>escola na machamba do camponês</i> ” em mais províncias.	MINAG (DNEA, IIAM, DNSA)	Governos Provinciais, Sociedade Civil, Autoridades comunitárias Sector Privado Organizações das Nações Unidas
5	Propor mecanismos que garantam o uso e aproveitamento da terra com segurança, particularmente pelos AFs deficitários e de baixa renda.	Muitas pessoas possuem terra em regime costumeiro, o que não assegura a “posse”.	Incentivar a realização de seminários de divulgação a todos níveis sobre a Lei de Terras, particularmente, para o sector familiar	MINAG, MAE	Sociedade civil
6	Disseminar as práticas de conservação de alimentos durante o período pós-colheita ao nível dos AFs	Fraca cobertura das Redes de extensão rural	Diminuição das perdas pós-colheita de 30 para 10%	MINAG, SDAE	Sociedade civil, sector privado
7	Intensificar a disponibilização de micro crédito agrário, pesqueiro, agro-industrial, subsídios de alimentos, aos titulares de direito mais vulneráveis.	Frágil aplicação de fundos em micro-finanças, insuficientes fundos para o subsídio de alimentos, fraca cobertura.	Maior número de agricultores e associações com capacidade financeira. Maior número de famílias com subsídio alimentar	MPD, MF, MINAG, MMAS	Microfinanças, Bancos comerciais, Sector privado, Sociedade Civil.
8	Produção de alimentos para as escolas, pelas comunidades, centros internatos, prisões a título oneroso.	Inexistência de produção de alimentos para as escolas.	Escolas com alimentos frescos e diversificados produzidos localmente pelas comunidades, estudantes internatos, sector privado, e penitenciária.	MPD, MEC, MINAG, MIC, MJ	Sector privado, associações de camponeses, poder local, governos provinciais e distritais, Doadores e NU.

Prioridade	Actividades	Situação Actual	Indicador de Execução	Responsável	Colaboradores
Acesso aos alimentos					
1	Fortalecer a monitoria do funcionamento do mercado dos produtos alimentares, particularmente nas regiões remotas.	Existe sistema de monitoria de preços e mercados no MINAG (SIMA) e no MIC (INFOCOM), mas não têm cobertura nacional. Fraca divulgação da informação.	Número de mercados monitorados nas zonas remotas; Número de locais monitorados nas fronteiras. Número de utilizadores dos boletins	MIC, MOPH, MINAG	Doadores, Sector privado, Sociedade civil
2	Melhorar as vias de acesso, priorizando a ligação entre os pólos de produção e de consumo.	Está em curso a reabilitação das vias secundárias e terciárias, realizado por diversos intervenientes, sob coordenação do MOPH.	Maior transitabilidade de pessoas e bens nas estradas secundárias e terciárias. Melhor comercialização agrícola.	MOPH, Governos Provinciais.	MIC, MINAG, MPD, MF, MTC, PAMA, poder local, ONGs, associações económicas e de camponeses.
3	Expandir e modernizar a rede comercial para melhorar o acesso aos bens e serviços	Rede comercial desactualizada, fraca cobertura.	Rede comercial moderna, próxima dos utentes.	MIC, Governos provinciais e distritais	MPD, MINAG, Doadores, Associações comerciantes e de camponeses, ONGs Organizações das Nações Unidas
4	Prover o acesso adequado à alimentação, particularmente para os AFs deficitários e de baixa renda (ex. assistência alimentar, lanche escolar para assegurar a retenção das crianças nas escolas, alimentação nos internatos).	Actualmente existem programas assistencialistas desenvolvidos pelo INAS e INGC. Ainda não foi adoptada, em larga escala, a perspectiva do desenvolvimento e independência alimentar.	Maior número de titulares de direitos mais vulneráveis com acesso alimentar seguro.	MEC, MMAS	INGC, ONGs, Organizações das Nações Unidas, Sociedade Civil

Prioridade	Actividades	Situação Actual	Indicador de Execução	Responsável	Colaboradores
5	Fortalecer o acesso económico aos alimentos básicos.	Fraca diversificação de fontes de rendimento, particularmente nas zonas recóndidas. Elevado desemprego e subemprego, sobretudo nas zonas urbanas e periurbanas. Fraca monetização da economia rural.	Número de empregos criados, tanto auto-emprego como por conta de outrem. Elevado grau de monetização da economia rural.	MIC, MPD, MMAS, SDSMAS, SDDE	SETSAN, Sociedade civil, Organizações das Nações Unidas
Uso e Utilização de alimentos					
1	Intensificar a intervenção no controle e combate das principais causas da mortalidade com principal atenção para a malária, o HIV/SIDA, diarreias e a tuberculose.	Diversas medidas tomadas a precisar de melhoramento e intensificação.	Reduzido índice de incidência das causas de mortalidade.	MISAU, SDSMAS	Organizações das Nações Unidas ONG`s.
2	Reforçar o Sistema de Vigilância Nutricional.	Diversas medidas tomadas a precisar de melhoramento e intensificação.	Sistema de verificação nutricional reforçada, sistema de segurança nutricional monitorada	MISAU, SDSMAS	ONG`s, Organizações das Nações Unidas
3	Prestar cuidados primários de saúde (ex: vacinação, desparasitação, distribuição de redes mosquiteiras) aos grupos mais vulneráveis (crianças dos 0-5 anos, mulheres grávidas ou lactantes, COVs, PVHS, pessoa idosa, portadores de deficiência, mulheres).	Diversas medidas tomadas a precisar de melhoramento e intensificação.	Garantidos e melhorados os cuidados primários de saúde. Cuidados primários, saúde garantidos e prestados.	MISAU, SDSMAS, DPS.	ONG`s, Organizações das Nações Unidas
4	Melhorar o acesso dos AFs às fontes de água potável e recursos energéticos.	Em curso a expansão da rede de abastecimento de água sendo a cobertura actual de 46%.	Elevado número de AF's com acesso à água potável, número de AF's com acesso a água potável.	MOPH, DPOPH, SDPI	ONG`s, Organizações das Nações Unidas

Prioridade	Actividades	Situação Actual	Indicador de Execução	Responsável	Colaboradores
5	Intensificar o consumo de micronutrientes (ex: a suplementação de alimentos ricos em Zinco, Ferro e Vitamina A)	Em curso por expandir e consolidar.	Elevados índices de cobertura, percentagem de crianças e mães abrangidas.	MISAU, DPA, SDAE	SETSAN, Organizações das Nações Unidas, Sociedade civil.
6	Capacitar os AFs para o uso correcto e adequado dos alimentos	Actuação centrada nos postos de saúde e na acção de determinadas ONGs	Qualidade da dieta melhorada Níveis de desnutrição crónica reduzidos	MISAU, SETSAN	MEC, ONGs
Adequação dos alimentos					
1	Realizar campanhas para intensificar o consumo de alimentos diversificados e que melhoram a dieta alimentar (ex: frutas, vegetais, carnes, leite, peixes, amendoim, castanha, ovos, etc.),	O consumo de alimentos é condicionado por hábitos alimentares e práticas tradicionais que discriminam negativamente a mulher e a criança e privilegiam os homens.	Índice de diversidade de dieta com níveis aceitáveis;	MISAU, MEC, SDAE, SDEJT	ONG's, Doadores, Organizações das Nações Unidas, Sociedade Civil.
2	Realizar campanhas para intensificar o consumo de alimentos tradicionais ricos em calorias e vitaminas (hortícolas, frutas, produtos de origem animal, etc)	Existe conhecimento e ampla utilização da maior parte de alimentos ricos em calorias e vitaminas, mas não de forma sistematizada. Não existe informação devidamente catalogada e sistematizada sobre as características de produtos silvestres, distribuição geográfica, sua preparação e consumo.	Massificada o consumo de alimentos ricos em calorias e vitaminas entre as populações. Recolha sistemática da nomenclatura dos produtos silvestres. Monitorada regularmente a diversidade da dieta das populações	MINAG, MP, Governos Provinciais, SDAE SETSAN Governo Provincial SDAE	Instituições de investigação Sociedade civil Universidades Organizações das Nações Unidas Sociedade civil
3	Elaborar a Lei e o Regulamento de DHAA	O DHAA é indicador do PARPA II; Projecto- Lei sobre DHAA por elaborar.	Projecto de Lei submetidos e aprovados pelo Governo e a	SETSAN Min. Justiça	MINAG, , ROSA, Associações dos Consumidores e da Saúde Pública, ONGs

Prioridade	Actividades	Situação Actual	Indicador de Execução	Responsável	Colaboradores
			Assembleia da República;		ONU.
4	Advocar para a aprovação da Lei de Protecção dos Consumidores	Lei de Protecção dos Consumidores entregue ao Parlamento para aprovação.	Projecto de Lei aprovado e a Assembleia da República;	SETSAN, Min. Justiça	MIC, MISAU, Associações dos Consumidores e da Saúde Pública, ONGs ONU.
5	Criar e controlar padrões de alimentos que garantam a segurança alimentar e a boa nutrição humana: ex. Rotulagem, promoção do aleitamento materno exclusivo durante os primeiros 6 meses, alimentação especial para mães lactantes e controle dos padrões de alimentos para PVHS.	Algumas normas técnicas já foram estabelecidas (milho, trigo, farinha de milho, farinha de trigo, sal, mel, caju e copra); outras estão em fase de estudo ou de desenvolvimento (ananás, banana, arroz, amendoim, mandioca, água potável, água mineral); campanha de promoção do aleitamento materno em curso.	Normas de qualidade e de higiene alimentar estabelecidas e monitoradas para produtos agrícolas e agro-industriais. Esquemas de certificação para produtos (ex. sementes e pesticidas) e lotes criados; Aleitamento materno promovido e monitorado.	MISAU, MIC (INNOQ) e MINAG	Governos Provinciais, associações comerciantes e de camponeses, ONGs, parceiros de cooperação, consumidores e investigadores
6	Incluir SAN e DHAA nos <i>currícula</i>	Trabalho iniciado mas não de forma sistematizada e coerente.	SAN e DHAA incluído nos <i>currícula</i>	SETSAN, MEC	Organizações das Nações Unidas
Estabilidade dos alimentos					
1	Diversificar fontes de receitas dos agregados familiares através da prática do artesanato, o <i>ganho-ganho</i> e a mineração, criação de animais de pequena espécie.	Elevada dependência a fontes únicas de receitas, tais como remessas, venda de produtos florestais e excedentes agrícolas. Existe um elevado potencial para a diversificação das fontes de rendimento, mas ainda não são	Elevado número de AFs com diversas fontes de renda diversificada. Aumento de meses com acesso seguro aos alimentos.	MPD, MINAG, MITUR, MIC	SETSAN, MICOA, Sociedade civil, Doadores, Organizações das Nações Unidas,

Prioridade	Actividades	Situação Actual	Indicador de Execução	Responsável	Colaboradores
		exploradas pelas comunidades.			
2	Garantir a estabilidade alimentar ao longo do tempo e intensificar o processamento e conservação de alimentos em celeiros convencionais e melhorados dos AFs deficitários e de baixa renda.	A disponibilidade e acesso aos alimentos varia sazonalmente durante o ano, e por regiões geográficas.	Disponibilidade e acesso aos alimentos no espaço e no tempo.	MPD, MINAG, MIC, SDAE	Sector Privado, Sociedade civil, Organizações das Nações Unidas.
3	Incrementar o cultivo de culturas tolerantes à seca, e variedades de ciclo curto particularmente para zonas áridas e semi-áridas.	Reduzida a prática de culturas tolerantes à seca. Existe uma grande receptividade das populações para a readopção destas culturas.	Maior número de AFs que cultivam culturas tolerantes à seca.	MINAG, SDAE	INGC, Doadores, Sociedade civil, Organizações das Nações Unidas
4	Criar reservas estratégicas de sementes e alimentos no país.	Não existe uma reserva estratégica de sementes e alimentos no país. As populações afectadas por uma emergência não recuperam a sua capacidade produtiva nem conseguem satisfazer as suas necessidades alimentares e produtivas urgentes, resultantes da escassez das sementes e dos alimentos, num período de até três meses.	Uma reserva estratégica que garante um fornecimento regular de alimentos e sementes em tempo útil, de modo que as populações recuperem a sua capacidade produtiva e satisfaçam as suas necessidades produtivas e alimentares urgentes.	MPD, MIC, INGC, MINAG, Governos provinciais	MOPH, MF, Doadores, Organizações das Nações Unidas, Poder Local.
5	Integrar, fortalecer e expandir as redes de protecção social comunitárias, nos postos administrativos, distritos.	Rede de protecção social fragilizada, desintegrada. Existe um elevado grau de receptividade para a reactivação das práticas comunitárias de protecção social.	Rede de protecção social operacional, forte, integrada, e em expansão.	MMAS, MPD, MINAG	Associações comunitárias, poder local, Sociedade Civil.

Prioridade	Actividades	Situação Actual	Indicador de Execução	Responsável	Colaboradores
6	Aumentar e melhorar as infra-estruturas e serviços relacionados com a cadeia alimentar (ex: regadios, represas, furos de água, celeiros melhorados, estradas, mercados, electricidade, água, saneamento do meio e escolas).	Existem infra-estruturas mas são insuficientes e carecem de reabilitação.	Infra-estruturas reabilitadas, disponíveis e mantidas. Maior alocação do investimento em infra-estruturas.	MOPH, MPD, MINAG, MEC, MISAU	Sociedade Civil, Poder Local, parceiros de cooperação, e Nações Unidas.
Reforço Institucional					
1	Reforçar o enquadramento institucional, o orçamento e recursos humanos do SETSAN a todos os níveis.	O SETSAN está ao nível de departamento no MINAG e ao nível dos Serviços Provinciais de Agricultura o que dificulta a coordenação multisectorial. Por outro lado carece de recursos humanos e financeiros para levar a cabo a sua missão.	Novo quadro legal do SETSAN aprovado e implementado.	Governo	Membros e Parceiros do SETSAN
2	Elaborar a Estratégia de Comunicação e Advocacia sobre a SAN e DHAA	A Estratégia de Comunicação está em processo de elaboração	Estratégia de comunicação SANDHAA elaborada e disseminada Campanhas de educação cívica sobre SAN e DHAA.	SETSAN, ETD	MINAG, Min. Justiça, ROSA, Associações dos Consumidores e da Saúde Pública, ONGs ONU.
3	Melhorar a Coordenação Multisectorial de implementação ESAN II e do PASAN e o funcionamento dos Grupos de Trabalho do SETSAN	A estrutura de coordenação e os grupos de trabalho funcionam mas carece de normas e regulamentos.	Estatutos e regulamentos aprovados e em vigor a todos os níveis.	Governo	Membros e Parceiros do SETSAN.
4	Desenvolver capacidades técnicas e analíticas dos quadros nacionais que trabalham nas áreas temáticas de SAN.	A capacidade analítica é limitada, e os quadros do SETSAN necessitam de formação em técnicas de análise da SAN, com maior incidência aos níveis provincial e distrital.	Quadros do SETSAN especializados em análise de SAN aos níveis nacional, provincial e distrital.	Governo	Membros e Parceiros do SETSAN.

Prioridade	Actividades	Situação Actual	Indicador de Execução	Responsável	Colaboradores
5	Realizar actividades de educação cívica sobre SAN.	Fraco domínio de matérias de SAN nos diferentes extractos sociais.	Domínio dos conceitos de SAN pela sociedade moçambicana.	SETSAN	Membros e Parceiros do SETSAN.
6	Divulgar a ESAN II e PASAN a nível nacional e internacional.	A ESAN I é pouco conhecida a nível nacional.	ESAN II e PASAN divulgados e conhecidos aos níveis nacional e internacional.	SETSAN	Governo, Doadores, Sociedade civil.
Monitoria e avaliação					
1	Monitorar e avaliar permanentemente a vulnerabilidade à InSAN aguda.	Uma avaliação e duas monitorias realizadas por ano.	Actualizada e divulgada a informação sobre o estado de SAN actual no país.	SETSAN	Membros e Parceiros do SETSAN.
2	Monitorar e avaliar a incidência da InSAN crónica em 2009 e 2014.	Estudo de Base de SAN com inquéritos aos AFs, IDS, IAF, e outros estudos disponíveis.	Estudo de base realizado e divulgados os resultados.	SETSAN	Membros e Parceiros do SETSAN.
3	Monitorar e avaliar os indicadores específicos de SAN no PARPA.	SAN é tema transversal no PARPA 2006-2009	SAN incluída em todos os planos de acção sectoriais e multisectoriais (PES, PEDD)	SETSAN, MPD	Membros e Parceiros do SETSAN.
4	Realizar estudos sobre o custo económico da InSAN em Moçambique.	Estudo realizado pelo MISAU em 2002.	Actualizada a informação do custo da InSAN no país.	SETSAN	Membros e Parceiros do SETSAN.
5	Reportar o grau de implementação do PASAN, a todos níveis.	PASAN implementado de forma dispersa e incipiente pelos sectores e pelas províncias.	PASAN é usado como instrumento de implementação da ESAN II a todos níveis.	SETSAN	Membros e Parceiros do SETSAN.
Temas Transversais:					
Género					

Prioridade	Actividades	Situação Actual	Indicador de Execução	Responsável	Colaboradores
1	Capacitar mulheres em técnicas de gestão de microprojectos de rendimento para garantir a SAN no meio rural e urbano.	A mulher tem fraco acesso a programas de capacitação no âmbito de gestão. A mulher desempenha um papel relevante no âmbito da SAN.	Elevado número de mulheres capacitadas em gestão de micro projectos de rendimento para garantir a SAN nos meios rural e urbano.	MMAS, SDSMAS	MINAG, MEC, SETSAN, Parceiros do SETSAN.
2	Intensificar e expandir o acesso da mulher aos insumos de produção e comercialização agrária.	O uso de insumos é baixo no país em geral e em particular nas machambas controladas por mulheres.	Aumento do acesso e uso dos insumos agrícolas pelas mulheres.	MINAG, MIC, MMAS	Membros e Parceiros do SETSAN, Sociedade civil.
3	Promover os direitos de posse e propriedade da mulher aos bens de raiz (ex: terra, herança, gado, habitação).	A mulher tem grande peso na economia rural, em particular, na agricultura, mas práticas tradicionais e tabus, por vezes, impedem o seu desenvolvimento completo e posse de bens de raiz.	Maior número de mulheres usufrui do direito à posse de bens de raiz.	MMAS, MINAG, MJ	Associações, sociedade civil e órgãos locais.
HIV/SIDA					
1	Coordenar os programas de SAN para que os AFs infectados e/ou afectados pelo HIV/SIDA tenham acesso aos diferentes serviços (tal como a educação nutricional) para assegurar a prevenção, cuidados, tratamento e a mitigação da epidemia.	Fraca coordenação dos programas de SAN no âmbito do apoio às famílias infectadas e/ou afectadas pelo HIV/SIDA	Programas de SAN sobre PVHS coordenados.	CNCS, MISAU, MMAS	Doadores, Sector Privado, Sociedade Civil, NU.
2	Monitorar a implementação do Manual de Procedimentos, em particular nas zonas de alta incidência de seropositividade e InSAN.	Manual existente desde Dezembro de 2006. Fraca divulgação do Manual.	Manual adoptado, divulgado e conhecido.	CNCS, SETSAN	Sociedade Civil, NU, Membros e parceiros do SETSAN.
3	Implementar práticas de poupança de energia humana e horas de trabalho na produção e processamento dos alimentos das	Baixos níveis de poupança de energia humana no seio dos grupos infectados e/ou afectados pelo HIV/SIDA.	Produção e processamento de alimentos usando métodos que poupam energia	MINAG, CNCS, MCT,	MMAS, Sociedade Civil, MEC

Prioridade	Actividades	Situação Actual	Indicador de Execução	Responsável	Colaboradores
	<p>personas afectadas e infectadas pelo HIV e SIDA (ex.: promoção da sementeira de mandioca, cultivo em sacos, uso de moageiras, uso de estrume como combustível na confecção dos alimentos).</p>		humana.		
Ambiente					
1	Reduzir queimadas descontroladas	Existem queimadas descontroladas, em particular, para: (a) caça e limpeza; (b) abertura de machamba; (c) retaliação	Queimadas controladas.	MICOA, MINAG, Governos Provinciais, SDAE	Doadores, Sociedade Civil, Autoridades Comunitárias.
2	Organizar os garimpeiros em associações de mineração.	Há garimpo que causa: (i) erosão dos solos; (ii) poluição da água e do ecossistema; (iii) problemas de saúde; (iv) desflorestamento.	Legislação existente aplicada e actividade dos garimpeiros controlada e de forma sustentável.	MRM, MICOA, Governos provinciais, SDAE	Doadores, Sociedade Civil, Autoridades Comunitárias.
3	Criar e desenvolver Comités de Gestão de Recursos Naturais.	Existem alguns Comités de Gestão de Recursos Naturais, mas com actuação dispersa, não sistematizada.	Criados os CGRN multidisciplinares.	Governos Provinciais	Doadores, Sociedade Civil, Autoridades Comunitárias

Prioridade	Actividades	Situação Actual	Indicador de Execução	Responsável	Colaboradores
4	Eliminar o abate indiscriminado das árvores.	Existem abates para produção de combustíveis vegetais (carvão e lenha), produção da madeira. A aplicação da Lei de florestas ainda é fraca.	Abate das árvores de acordo com os planos de manejo de Gestão de Recursos Naturais.	MINAG, MICOA, Governos Provinciais	Doadores, Sociedade Civil, Autoridades Comunitárias.
5	Integrar a componente ambiental em todas actividades relacionadas com a SAN.	Componente ambiental integrada em algumas actividades relacionadas com a SAN.	Componentes ambientais integradas em todas actividades de SAN.	MICOA, SETSAN	MINAG, Governos Provinciais, Sociedade Civil, Autoridades comunitárias.

6.5 Aspectos Institucionais para a Implementação do PASAN

O SETSAN é o órgão do Governo responsável pela concepção e implementação de políticas de SAN do País.

A SAN tem um peso importante nas condições básicas do desenvolvimento do capital humano, pelo que ela tem uma relação directa com a saúde pública, na produção e disponibilidade de alimentos e no acesso físico e económico aos alimentos ao longo do ano. Sendo assim, a SAN é um elemento-chave de planificação em prol do desenvolvimento social e económico do país. A vontade política é crucial para garantir o acesso crescente e adequado dos alimentos de toda a população moçambicana.

O Secretariado Executivo do SETSAN é um fórum composto por instituições Governamentais e Não Governamentais com vista, entre outras, a assegurar a inclusão de acções de SAN nos Planos Económicos e Sociais anuais dos ministérios membros do SETSAN e nos programas dos parceiros (sociedade civil e organizações das Nações Unidas).

Ao nível nacional, o Secretariado Executivo do SETSAN é o responsável pela coordenação da planificação, implementação de acções de SAN. O Secretariado Executivo será também responsável pela coordenação, compilação, monitoria e avaliação do PASAN anual elaborado pelos sectores ao nível nacional e SETSAN-Provinciais. O PASAN anual é submetido à aprovação pelo Conselho Económico de Ministros.

Ao nível provincial, o SETSAN-Provincial é um órgão multisectorial de coordenação da implementação das acções de SAN e é responsável pela elaboração dos PASAN provinciais, e será aprovado pelo Governo Provincial. É ainda responsabilidade do SETSAN-Provincial actualizar o mapeamento das principais instituições executoras de SAN na província e no distrito, reportar a evolução dos indicadores de SAN, assegurar a circulação da informação sobre o grau de implementação do PASAN junto do Governo Provincial e do Secretariado Executivo.

Ao nível do distrito, o SETSAN-Distrital é um órgão multisectorial de implementação das acções de SAN e é responsável pela implementação das intervenções multisectoriais de promoção da SAN nas zonas-alvo e aos titulares de direito visados bem como informar as autoridades distritais sobre o ponto de situação da implementação do PASAN.

7 MONITORIA E AVALIAÇÃO DA ESAN II E DO PASAN

7.1 Pressupostos da Monitoria e Avaliação

A monitoria e avaliação da ESAN II assentam nos seguintes pressupostos:

- A diferenciação entre os indicadores de processo e de impacto, ou seja, entre o acompanhamento das actividades e compromissos do Governo, preconizados na ESAN II, e as mudanças nas variáveis mais relevantes para a avaliação do cumprimento da ESAN II;

- A utilização da monitoria e avaliação da ESAN II como mecanismo de revisão contínua das metas e dos programas mantendo as dimensões estratégicas; e,
- A monitoria e avaliação serão realizadas aos diferentes níveis, nomeadamente, central, provincial, distrital e autárquico.

7.2 Funções da Monitoria e Avaliação

A monitoria e avaliação têm como funções principais:

- Acompanhar o progresso de implementação da ESAN II;
- Avaliar o impacto da ESAN II; e
- Avaliar a eficiência na aplicação dos fundos adjudicados à SAN.

O programa de monitoria e avaliação da ESAN II não substitui o controle feito pelos organismos específicos no âmbito do cumprimento do PES do Governo.

7.3 Monitoria e Avaliação da ESAN ao nível Provincial

Os SETSAN-Provinciais deverão elaborar trimestralmente relatórios de desempenho, devendo inserir, entre outros, os seguintes aspectos:

- Tarefas planificadas para o período em análise;
- Tarefas realizadas, indicando os resultados obtidos; e,
- Tarefas não realizadas, justificando os motivos, e apresentando as medidas a tomar para a sua resolução.

Os relatórios deverão ser não só enviados ao CONSAN mas também servir de base para orientar as acções provinciais através das estratégias provinciais, distritais e planos de acção comunitária. As avaliações periódicas serão realizadas no contexto do PASAN e Planos de Acção Comunitária.

7.4 Monitoria e Avaliação do PASAN

A Monitoria e Avaliação do PASAN visa assegurar o conhecimento do grau de implementação e aplicar medidas correctivas em tempo oportuno.

Os meios de verificação da monitoria e avaliação do processo são os seguintes:

- Plano Económico e Social (PES) que dá o balanço das actividades implementadas pelo Governo (ex. MPD, Ministérios chaves que lidam com a SAN);
- Análise anual da evolução do estado de SAN dos agregados familiares realizados pelo SETSAN.

Os instrumentos da monitoria e avaliação do impacto são:

- Resultados do Estudo de Base de SAN em 2010 e 2014 SETSAN;
- Evolução dos indicadores de InSAN aguda e InSAN crónica e qualidade da dieta em 2009 (PARPA II);
- O custo da InSAN em Moçambique SETSAN;

- Crescimento institucional da coordenação e descentralização do SETSAN ao nível nacional, provincial e distrital em 2009;
- Elaboração da Lei do DHAA até 2009;
- Inclusão da SAN na Constituição da República em 2010;
- Outros inquéritos nacionais tais como: IDS, censo populacional, censo agropecuário, IAD, TIA, QUIBB; e
- Outros estudos específicos.

Os principais produtos da Monitoria e Avaliação são:

- Relatórios de SAN no PES Nacional e PES Provincial;
- Relatório da Avaliação do Impacto da Implementação da ESAN II;
- InfoFlash e Relatórios sobre a situação de SAN no País;
- Estudo de Base de SAN com inquéritos aos agregados familiares rurais, peri-urbanos e urbanos;
- Estudo sobre o custo da InSAN em Moçambique; e,
- Outros estudos e relatórios sobre a SAN.

8 ORÇAMENTO INDICATIVO

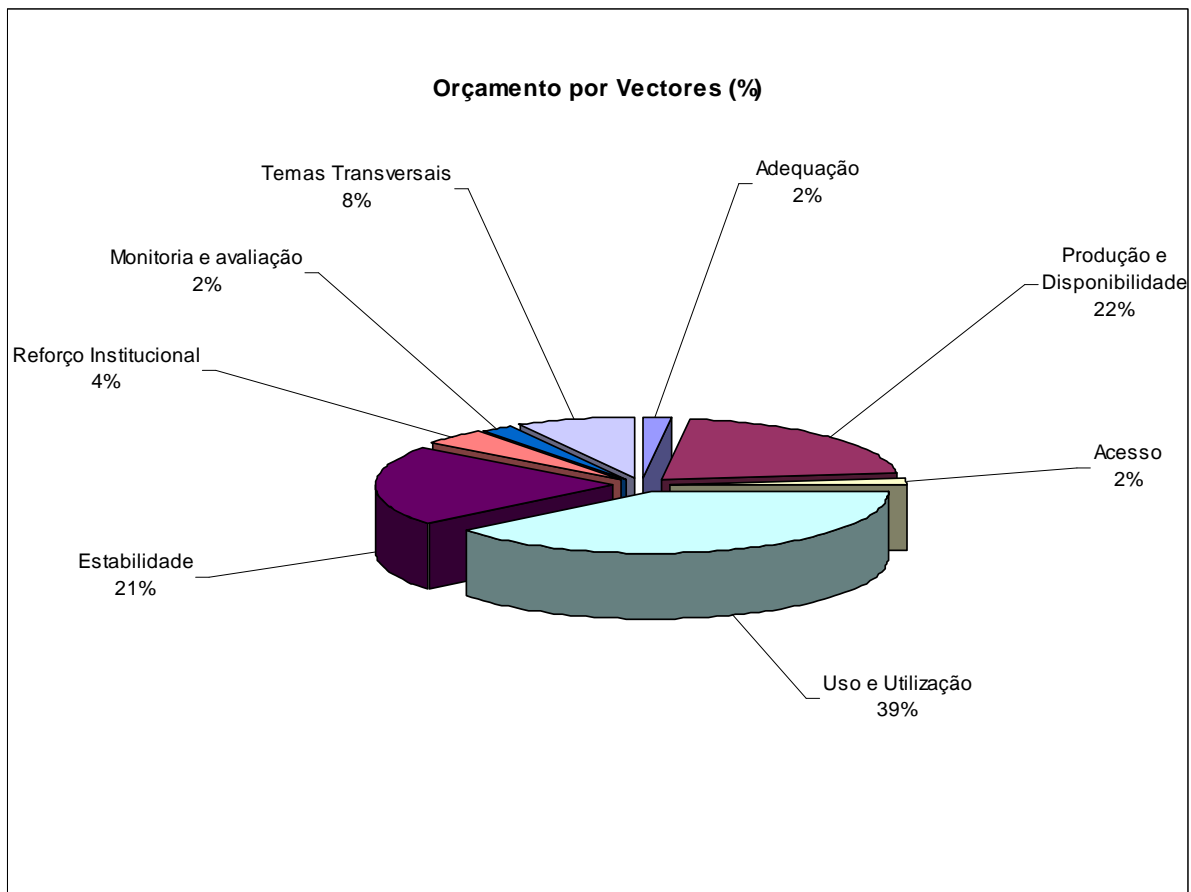
O orçamento global para a implementação do PASAN, de 2008 a 2015, é de aproximadamente, 6,146 Milhões de Meticais, equivalente a 232 milhões de Dólares Americanos. A despesa média anual é de 768 Milhões de Meticais, correspondentes a 29 milhões de Dólares.

O orçamento do PASAN é distribuído pelos pilares que agrupam as actividades estratégicas, conforme o quadro seguinte:

Prioridade	Orçamento (Meticais)							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Adequação	18,543,177	17,087,690	10,477,042	11,244,970	12,070,493	12,957,930	13,911,924	14,937,469
Disponibilidade de Alimentos	127,015,005	136,395,568	146,595,235	157,559,878	169,346,869	182,017,884	195,639,225	210,282,167
Acesso aos alimentos	9,877,558	10,513,374	11,196,877	11,931,643	12,721,516	13,570,630	14,483,427	15,464,684
Uso e Utilização de alimentos	231,391,128	248,403,462	266,691,722	286,351,601	307,485,971	330,205,419	354,628,825	380,883,987
Estabilidade de alimentos	124,572,275	133,882,608	143,891,216	154,650,470	166,216,668	178,650,330	192,016,518	206,385,169
Reforço Institucional	32,597,122	27,748,518	29,406,809	31,189,472	33,392,034	35,165,923	37,380,519	39,761,210
Monitoria e avaliação	10,984,655	11,529,954	28,597,179	12,746,312	13,423,735	14,151,966	36,999,923	15,776,374
Temas Transversais:	49,177,137	52,248,922	55,551,092	59,100,924	62,916,993	67,019,267	71,429,212	76,169,903
Género	17,595,022	18,914,649	20,333,248	21,858,241	23,497,609	25,259,930	27,154,425	29,191,006
HIV/SIDA	15,101,580	15,917,699	16,795,026	17,738,153	18,752,014	19,841,915	21,013,559	22,273,076
Ambiente	16,480,535	17,416,575	18,422,818	19,504,530	20,667,369	21,917,422	23,261,229	24,705,821
Total	604,158,056	637,810,097	692,407,172	724,775,269	777,574,279	833,739,349	916,489,575	959,660,964

As despesas mais importantes são aquelas relacionadas com a nutrição (39%), ou seja, com o vector de uso e utilização de alimentos, porque em grande parte são actividades de execução; A seguir são as actividades de promoção da produção e disponibilidade (22%); Em terceiro lugar encontram-se as actividades relacionadas com a estabilidade (21%) porque prevê-se a criação de stock de segurança alimentar na forma de alimentos e de sementes. As restantes despesas estão distribuídas pelos temas transversais (género, HIV/SIDA e ambiente), pelo reforço institucional, acesso, monitoria e avaliação e adequação.

A distribuição do orçamento pelos sectores mais relevantes é conforme o quadro seguinte:

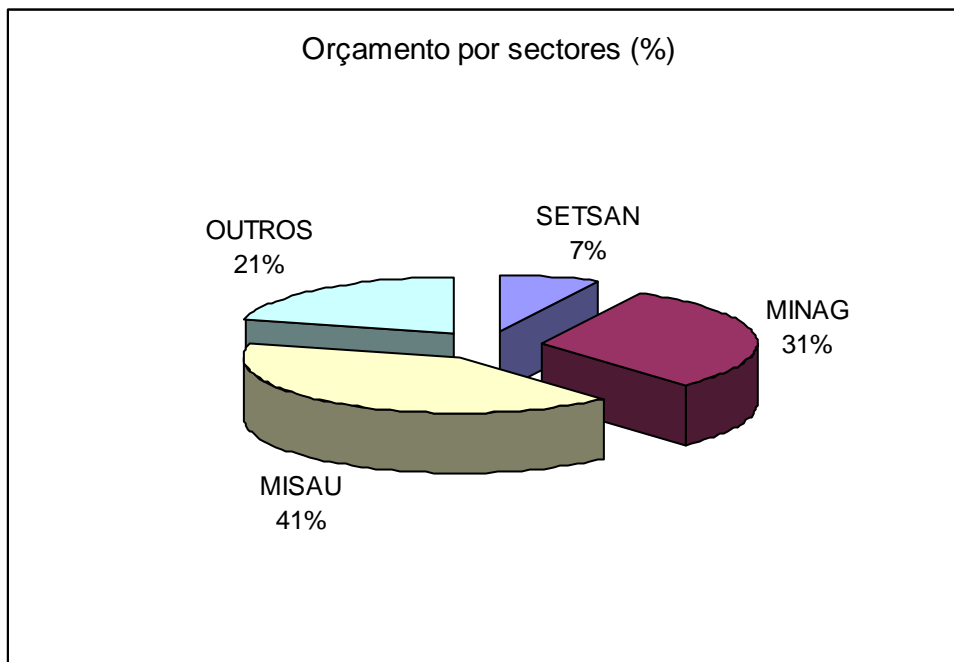


Portanto, mais de metade do orçamento destina-se a actividades mais relacionadas com o uso e utilização dos alimentos (MISAU), quase um terço com a produção e disponibilidade de alimentos (MINAG) e uma décima para a coordenação interministerial da SAN (SETSAN). O orçamento do MISAU tem um custo maior porque em geral constitui execução, enquanto o MINAG é maioritariamente constituído por actividades de promoção. As actividades do SETSAN são fundamentalmente de reforço institucional e de monitoria e avaliação.

O reforço institucional engloba o investimento em infra-estruturas e equipamentos durante os primeiros quatro anos e a descentralização do SETSAN que inclui a organização dos pontos focais distritais.

A monitoria e avaliação inclui os estudos de base em 2010 e 2014, avaliados em 500 mil dólares americanos cada para além da frequência dos trabalhos de campo para o acompanhamento da implementação do PASAN e da ESAN II.

A distribuição do orçamento por sectores é a seguinte:



Os sectores com maior despesa de segurança alimentar e nutricional são a saúde e a agricultura com mais de 70% do orçamento global. O sector com maior despesa é o MISAU com 41% seguido pelo MINAG com 31%, SETSAN com 7% e os restantes sectores com 21%.

ANEXO 1 – GLOSSÁRIO DE TERMOS BÁSICOS

Absorção de Alimentos: refere-se a ingestão e acção biológica dos nutrientes no corpo humano, pode ser afectado por doenças que inibem a absorção de nutriente ou que aumentam a sua necessidade e por deficiências em micronutrientes específicas, por exemplo a Vitamina C é importante para a absorção do ferro.

Agregado Familiar (AF): É a unidade social primária. Envolve um conjunto de pessoas que vivem juntas, compartilham a habitação, rendimentos monetários e a produção e consumo dos alimentos.

Cabaz Alimentar: grupo de alimentos básicos que representam os hábitos alimentares de uma população, com quantidades suficientes para satisfazer as necessidades básicas em energias e nutrientes recomendados.

Choque – refere-se ao efeito dos desastres naturais (ex. seca, cheias, ciclones), económicos (ex. Subida abrupta de preços dos alimentos ou combustíveis) ou saúde (ex. doenças prolongadas, epidemias ou endemias) que afectam na habilidade dos AFs ter o acesso físico e/ou económico à alimentação adequada.

Desnutrição: forma de malnutrição com deficiências em termos de calorias, vitaminas e minerais acompanhada de infecções agudas.

Desnutrição Aguda: (baixo peso para a altura) indica um “deficit” na massa muscular comparada com a quantidade esperada numa criança com a mesma altura, e pode resultar quer de uma falha em ganhar peso ou de uma perda de peso. É normalmente causada por uma infecção, baixo consumo alimentar, e ocorre como consequência de episódio temporários ou sazonais. Se as condições alimentares e nutricionais são preestabelecidas a desnutrição aguda pode ser eliminada.

Desnutrição Crónica: (baixa altura para a idade) significa um retardamento no crescimento do esqueleto. A desnutrição crónica define um estado de privação persistente de alimentos. Ela é causada pelas infecções crónicas ou repetidas ou um consumo nutricional inadequado prolongado. Ela pode ser muito comum sem necessariamente tornar-se em FOME.

Êxodo Rural: refere-se ao movimento de pessoas e bens das zonas rurais para zonas urbanas a procura de melhores condições de vida.

Fome: refere-se ao fenómeno onde uma grande percentagem da população de um país ou região, sofre de desnutrição aguda acompanhada por um incremento pronunciado na taxa de mortalidade. A fome afecta negativamente no desempenho das funções metabólicas do organismo humano (ex. Redução acentuada no funcionamento do sistema imunológico, paragem no crescimento ou desenvolvimento do corpo, etc.).

Formas de Vida: refere-se a combinação de recursos usados e actividades necessárias para assegurarem as necessidades básicas de vivência.

Igualdade e Equidade de Género: refere-se ao reconhecimento, a diversidade e a diferença em termos de sexo, faixa etária e as necessidades alimentares de cada um segundo o seu estado, atribuindo a ambos igual valor e reconhecendo as necessidades específicas de um. Se olharmos as necessidades alimentares de cada um, pode-se propor e implementar acções de SAN que vão ao encontro das necessidades colectivas mas que reconhecem as necessidades diferenciadas.

Insegurança Alimentar (InSA): é a situação em que as pessoas estão incapacitadas de adquirir alimentos suficientes para satisfazer aos requerimentos alimentares diários. Existem dois tipos de InSA: a) InSA Crónica, que se refere ao consumo insuficiente e persistente de alimentos, também conhecida por “*Fome Silenciosa*” e associada aos diversos factores da pobreza extrema, pode causar “Kwashikor” e “Marasmo” nas crianças: b) InSA Transitória, refere-se a falta temporária de alimentos para alcançar as quantidades diárias alimentares requeridas.

Malnutrição: condição fisiológica anormal causada por deficiências, excesso ou a falta de equilíbrio em energias, proteínas e outros nutrientes, resultante da interacção de uma dieta inadequada e infecções que se reflectem no crescimento insuficiente das crianças e no excesso de morbilidade e mortalidade nos adultos e crianças.

Mecanismos de Sobrevivência: são os meios através dos quais os agregados familiares podem manter o acesso aos alimentos/fontes de rendimentos monetários, depois de terem sido expostos a um risco.

Micronutrientes: deficiência de micronutrientes é um termo utilizado para referir à doenças causadas por uma insuficiência em vitaminas e minerais. As perturbações causadas pela deficiência de Vitamina A, deficiência de ferro, e deficiência de iodo, são as principais formas de desnutrição causadas por insuficiência de micronutrientes em Moçambique. A desnutrição em micronutrientes tem um efeito negativo de longa duração na saúde, capacidade de aprendizagem e produtividade, constituindo por isso, um grande impedimento ao desenvolvimento sócio económico e contribui para o círculo vicioso do sub desenvolvimento.

Mudanças climáticas: refere-se a mudança do clima atribuída directa ou indirectamente à actividade humana que altera a composição da atmosfera global e que em adição a variabilidade natural do clima é observado sobre longos períodos de tempo.

Nutrição, refere-se a forma como o organismo transforma e utiliza os alimentos e a sua relação com a saúde, hábitos, costumes e práticas alimentares. A alteração do estado nutricional é geralmente conhecida por malnutrição.

Redução do consumo alimentar: para fazer frente a situações de carência de alimentos, uma das estratégias de sobrevivência que os grupos mais vulneráveis encontram é reduzir o número de refeições, conseqüentemente a redução dos níveis de consumo de alimentos.

Reservas Estratégicas de Sementes e Alimentos: refere-se a reservas mínimas de sementes e alimentos destinados a fazer face a situações de emergência e que poderão ajudar os grupos mais vulneráveis a fazer frente a uma situação alimentar transitória.

Reserva Financeira: refere-se a um fundo destinado a apoiar os grupos mais vulneráveis em termos financeiros em situações de emergência e a fazer frente a uma situação transitória.

Segurança alimentar e nutricional (SAN): refere-se ao direito de todas as pessoas, a todo o momento, ao acesso físico, económico, e sustentável a uma alimentação adequada, em quantidade, qualidade, e aceitável no contexto cultural, para satisfazer as necessidades e preferências alimentares, para uma vida saudável e activa. Existem cinco dimensões implícitas no conceito: Produção e Disponibilidade; Acesso; Uso e Utilização; Adequação; e Estabilidade dos alimentos.

Obesidade: forma de malnutrição que se manifesta por peso acima do normal. É resultado de acumulação excessiva de certos nutrientes, como por exemplo: gorduras, açúcares em combinação com fraco nível de exercícios físicos, vida sedentária ou pode ser causado por factores de herança genética ou socioculturais.

Organizações da Sociedade Civil: consiste de diferentes organizações formais e informais que representam os interesses de vários membros da sociedade. Inclui, por exemplo: Associações, produtores, organizações de base, uniões, e ONGs.

Vulnerabilidade: Vulnerabilidade está normalmente associada à exposição aos riscos e determina a susceptibilidade das pessoas, lugar ou infra-estruturas a um particular choque (desastres naturais, epidemias, choques económicos, conflitos).

Vulnerabilidade à Insegurança Alimentar e Nutricional: refere-se aos riscos que os indivíduos, familiares e/ou comunidades estão expostos pondo em causa o acesso e disponibilidade de alimentos.

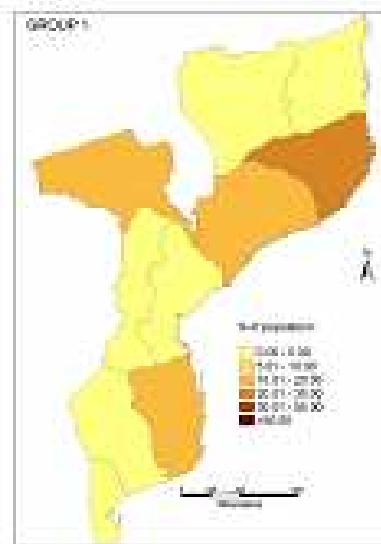
GRUPO 1

AGREGADOS FAMILIARES DE SUBSTÊNCIA DEFICITÁRIA E DE BAIXA RENDA

Agregados familiares **que** dependem principalmente do trabalho informal complementado por uma baixa agricultura de subsistência

Características gerais

Os agregados familiares (AFs) do Grupo 1 distinguem-se pelos seus padrões singulares de produção e de trabalho: perante um acesso muito limitado ao capital produtivo (ex.: terra e animais), estes AFs ganham a sua vida principalmente através do trabalho informal (*ganho-ganho*). Quase todos os AFs (97%), neste grupo, afirmaram que o *ganho-ganho* tem sido a sua principal fonte de rendimento. Assim sendo, o seu principal bem económico é efectivamente a mão-de-obra familiar. A maior fonte de alimentos e rendimentos para o seu próprio sustento provém dos mercados informais com uma contribuição limitada da sua própria produção agrícola.



O Grupo 1 representa cerca de 8% da população rural de Moçambique. As maiores concentrações de AFs do Grupo 1 se encontram nas províncias nortenhas de Nampula (20-30%), Zambézia (10-20%), Tete (10-20%), e no sul do país, a província de Inhambane (10-20%).

Os capitais de subsistência

Os AFs do Grupo 1 possuem uma disponibilidade média de terras nas zonas altas (58% detém mais de 0,25 hectares de terra nas zonas altas). Contudo, possuem o menor acesso à terra produtiva nas zonas baixas – apenas um quarto dos AFs afirmaram que não possuem terrenos naquelas zonas. Como resultado da fraca qualidade dos solos e da pequena dimensão das suas machambas, o Grupo 1 apresenta uma produção agrícola mais baixa de todos os grupos de formas de vida. Eles usam as suas pequenas parcelas de terra principalmente para a produção de alimentos básicos (em particular o milho) para o seu consumo. O seu grau de diversificação das culturas é o mais baixo de todos os grupos. Mesmo em condições normais, os membros deste grupo enfrentam dificuldades de acesso aos insumos necessários para a produção agrícola. Menos da metade (43%) dos AFs afirmaram que possuem reservas de sementes para a próxima campanha de sementeira.

A posse média de bens produtivos pelo Grupo 1 é a mais baixa no país, ligeiramente acima de dois terços da média nacional (4,13 versus 6,14 unidades). Em termos de pecuária, os AFs do Grupo 1 possuem a posse de animais mais baixa (gado, animais de pequeno porte e aves). Apenas 6% dos AFs do Grupo 1 possuem pelo menos 10 galinhas, 3% possuem pelo menos animais de pequeno porte (cabritos, ovelhas e porcos), e outros 3% possuem pelo menos uma cabeça de vaca.

Normalmente, estes AFs trabalham para serem pagos em géneros. Concretamente, mais de 40% dos AFs venderam a sua mão-de-obra em troca de pagamento em género nos 12 meses anteriores – mais que o dobro da média nacional.

Contrariamente aos AFs do Grupo 7 que complementam a sua baixa produção de culturas alimentares com trabalho formal e comércio, ou os AFs do Grupo 8 que equilibram a baixa produção de culturas alimentares com a produção de culturas de rendimento e outras actividades económicas, os AFs do Grupo 1 não possuem opções económicas lucrativas. Esta falta de opções é reflectida no seu baixo grau de diversificação do rendimento.

Considerando todos os cinco capitais juntos, os AFs do Grupo 1 são avaliados por ter o baixo nível de bem-estar. O outro grupo com resultados similares é o Grupo 9 constituído pelos AFs de subsistência muito deficitária.

Segurança alimentar e consumo dietético

Os AFs do Grupo 1 possuem uma vulnerabilidade à InSAN crónica acima da média. Estima-se que mais de 60% dos AFs do Grupo 1 possuem uma elevada ou muito elevada vulnerabilidade à InSAN crónica. Os AFs deste grupo conseguem assegurar menos de quatro meses da produção de cereais da sua própria produção por ano, um rácio de auto-suficiência muito baixo para Moçambique. Mais de metade dos AFs do grupo 1 afirmam que a duração da sua colheita é de menos três meses. A baixa produção dos AFs implica que mais da metade dos produtos alimentares básicos consumidos, tais como o milho e a mandioca, são comprados ou adquiridos através de trocas. A ajuda alimentar representa mais de 10% do milho consumido. Como resultado deste padrão de consumo, os AFs do Grupo 1 apresentam uma adequabilidade dietética muito baixa (baseada no score de diversidade dietética)

Fortemente dependente do trabalho, o Grupo 1 possui uma dificuldade particular em recuperar dos choques relacionados com a doença. Mais da metade (56%) dos AFs reportaram que os principais choques estão relacionados com a doença ou com a morte de um membro do agregado familiar. O Grupo 1 possui a segunda mais baixa capacidade de recuperação dos choques registados nos últimos 12 meses: menos de 40% dos AFs recuperaram parcialmente dos choques sofridos.

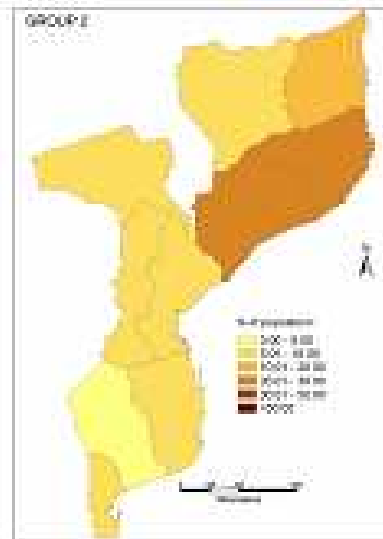
GRUPO 2

AGREGADOS FAMILIARES DE PRODUÇÃO MÉDIA E ALTAMENTE DIVERSIFICADA

Agregados familiares agrícolas de subsistência que combinam a sua produção média de culturas alimentares para o seu próprio consumo com a produção de culturas de rendimento, trabalho informal e comércio.

Características gerais

O Grupo 2 é composto por AFs que combinam um grau elevado de auto-suficiência na produção agrícola com um conjunto acentuado de diversificação de estratégias económicas. Para além de conseguirem suprir a maior parte das suas necessidades cerealíferas, os AFs do Grupo 2 produzem culturas de rendimento e dedicam-se a outras actividades económicas tais como o trabalho informal e o comércio. Esta diversificação económica é uma fonte importante de resiliência e de resposta aos choques e de fazer face às flutuações no consumo alimentar. O Grupo 2, que representa 12% da população rural de Moçambique, está muito mais disperso que o Grupo 1. As maiores concentrações dos AFs do Grupo 2 foram encontradas nas províncias nortenhas da Zambézia, Nampula e Cabo Delgado.



Capitais de subsistência

As machambas pertencentes aos AFs do Grupo 2 tendem a concentrar-se nas zonas altas. Quase três quartos (70%) dos AFs também possuem parcelas de terra com mais de 0,25 hectares nas zonas altas e 31% possuem mais que 0,25 ha também nas zonas baixas. O padrão de cultivo, caracterizado por uma produção diversificada com uma multiplicidade de culturas alimentares e de rendimento (ex.: milho, arroz, mapira, amendoim pequeno e feijão nhemba), poderão mitigar ainda mais o risco reduzindo o efeito real que um dado desastre pode ter sobre o acesso aos alimentos e rendimento. Quase dois terços (63%) dos AFs afirmaram que esperam conseguir sementes para a próxima época de sementeiras.

A observação mais importante sobre o Grupo 2 é o nível elevado da diversificação económica dos agregados familiares. Mais de 90% dos AFs do Grupo 2 reportaram mais do que uma fonte de rendimento. A estratégia de vida que não é enfatizada pelo Grupo 2 é a criação de animais. Os AFs tendem a possuir pequenos ruminantes, a posse de gado não é comum. Estima-se que 20% dos agregados possuem pelos menos 10 galinhas, 11% dos AFs possuem pelo menos 5 animais de pequeno porte e 8% dos AFs possuem pelo menos uma cabeça de gado bovino.

Em resumo, os AFs do Grupo 2 são identificados como tendo um bem-estar de nível médio.

Segurança alimentar e consumo dietético

Em termos de vulnerabilidade à InSAN crónica, a imagem do Grupo 2 é melhor que a do Grupo 1. Estima-se que um quinto (20%) dos AFs do Grupo 2 tenha um nível de vulnerabilidade alto ou muito alto à InSAN crónica. Estes AFs conseguem produzir nas suas parcelas de terra somente cerca da metade das suas necessidades de consumo cerealífero.

Dos nove grupos de formas de vida de Moçambique, o Grupo 2 reportou o rácio mais baixo de despesa em alimentos relativamente à despesa total, dando claramente a entender que por causa dos seus níveis razoáveis de produção agrícola e acesso elevado ao rendimento, conseguem guardar a maior parte do seu rendimento para despesas em bens não alimentares.

GRUPO 3

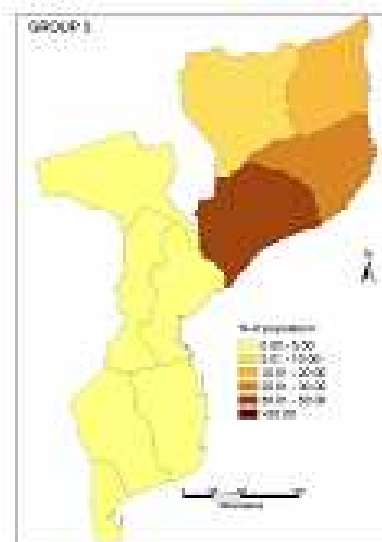
AGREGADOS FAMILIARES AUTO-SUFICIENTES

Agregados familiares agrícolas de subsistência que se dedicam a produção de alimentos para o seu próprio consumo e venda

Características gerais

Os AFs do Grupo 3 podem melhor representar o popular estereótipo dos AFs agrícolas rurais em Moçambique: concentram-se no cultivo de culturas alimentares básicas para o seu consumo (especialmente o milho e a mapira) e por consequência são quase auto-suficientes.

Geograficamente, o Grupo 3, que é o segundo maior grupo representando aproximadamente 16% da população rural de Moçambique, tende a estar espalhada em todo o país. Contudo, está mais concentrado nas províncias da Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Sofala.



Os capitais de subsistência

Os AFs do Grupo 3 tendem a fazer o cultivo nas zonas altas: aproximadamente dois terços (72%) possuem pelo menos 0,25 hectares nas zonas altas e um quarto (25%) possuem pelo menos 0,25 hectares de terra nas zonas baixas. Eles dedicam-se quase exclusivamente à produção de culturas alimentares para o consumo próprio; uma vez satisfeitas as suas necessidades alimentares, estes vendem os excedentes. A produção dos AFs em termos absolutos é relativamente elevada nos padrões Moçambicanos. Actividades não agrícolas não constituem uma fonte importante de alimentos ou de rendimento para estes agregados familiares.

A posse de animais é baixa: um quinto (19%) dos AFs possuem pelo menos 10 galinhas, 8% possuem pelo menos cinco animais de pequeno porte e 3% dos AFs possuem pelo menos uma vaca.

Uma consequência deste perfil geral de subsistência é uma economia familiar com pouco dinheiro, caracterizada por uma baixa diversificação de rendimento.

Segurança alimentar e consumo dietético

Cerca de 90% dos alimentos básicos para o consumo dos AFs do Grupo 3 são provenientes da sua própria produção. Porém, isso não significa que estes não são vulneráveis à InSAN crónica. Embora alguma diversificação seja evidente nas práticas agrícolas (para além do milho e da mapira, os AFs reportaram em média seis outras culturas), a diversificação em

actividades não agrícolas não é notória, tornando os AFs vulneráveis às calamidades que afectam a produção agrícola em anos maus, tais como a seca.

Enquanto os AFs do Grupo 3 não estão no extremo em termos dos níveis de InSAN crónica, estão acima da média para a zona rural de Moçambique. Metade dos AFs tem uma vulnerabilidade elevada ou muito elevada à InSAN crónica.

A despesa em alimentos é muito baixa em termos absolutos, dada a pequena proporção do consumo dos AFs não coberta pela sua produção própria. Contudo, porque o fluxo de dinheiro nos AFs do Grupo 3 é baixo, grandemente limitado ao rendimento proveniente da venda de excedentes de culturas alimentares, a percentagem estimada da despesa dos AFs em alimentos aproxima-se da média nacional de cerca de 50%.

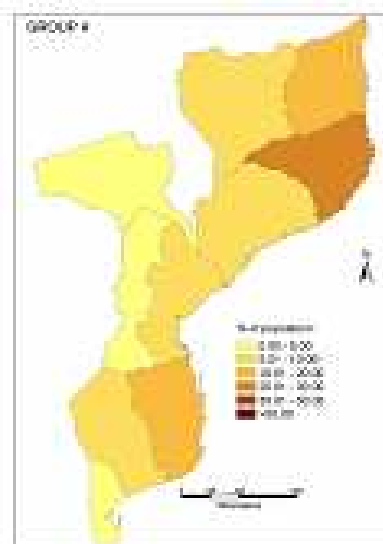
GRUPO 4

AGREGADOS FAMILIARES DE BAIXA PRODUÇÃO

Agricultores de subsistência que combinam a sua baixa produção de culturas alimentares e de rendimento com o trabalho informal, pesca, pecuária e remessas

Características gerais

Similarmente ao Grupo 2, os AFs do Grupo 4 complementam a produção de culturas alimentares e (a um nível muito inferior) de culturas de rendimento com uma gama de actividades não agrícolas de geração de rendimento. O estudo de base identificou quatro principais diferenças entre o Grupo 2 e o Grupo 4: (i) o Grupo 4 apresenta em média níveis inferiores de produção dos AFs (20%); (ii) níveis muito inferiores de diversificação económica; (iii) acesso à terra nas zonas baixas; e (iv) maior dependência, quer na compra de alimentos, quer na ajuda alimentar em relação aos seus homólogos do Grupo 2.



O Grupo 4 representa uma percentagem estimada em 11% da população rural Moçambicana. Em termos de distribuição geográfica, o Grupo 4 é bem distribuído por todo o país, com as maiores concentrações nas províncias de Nampula (20-30%), Cabo Delgado e Inhambane (10-20% cada).

Capitais de subsistência

Os AFs do Grupo 4 tendem a cultivar nas terras altas. Uma percentagem estimada em 69% dos AFs possui pelo menos 0,25 hectares de terra em zonas altas. Apenas cerca de um quarto (24%) dos AFs afirmaram que tinham pelo menos 0,25 hectares de terra em zonas baixas: de facto quase dois terços (64%) não possuem terra em zonas baixas (contra 50% para o Grupo 2).

Esperava-se que a produção cerealífera durasse menos de cinco meses no ano do estudo de base. Os AFs do Grupo 4 produzem ambas as culturas alimentares e as de rendimento. Em conformidade com os seus baixos níveis de produção, apenas metade deste grupo reporta possuir sementes para a próxima campanha (contra 63% do Grupo 2).

Para além da venda das culturas de rendimento, os AFs do Grupo 4 ganham rendimento através da pesca, trabalho informal, comércio ou remessas (mas normalmente através de apenas uma destas fontes). Cerca de 15% dos AFs no Grupo 4 ganham o seu rendimento através de remessas. A pecuária assume maior importância na economia dos AFs para o Grupo 4, com 14% dos AFs a reportarem possuir pelo menos 10 galinhas, 10% a possuírem

pelo menos cinco animais de pequeno porte e 7% a possuírem pelo menos um cabeça de gado bovino.

Segurança alimentar e consumo dietético

Os AFs do Grupo 4 possuem uma vulnerabilidade à InSAN crónica acima da média. De facto, a assistência humanitária foi reportada em como assegura 5-10% do consumo do milho. Adicionalmente, os AFs do Grupo 4 devem compensar a sua produção reduzida através da compra de pelo menos um terço do seu consumo de alimentos básicos no mercado.

GRUPO 5

AGREGADOS FAMILIARES GRANDES PRODUTORES DE CULTURAS ALIMENTARES, ECONOMICAMENTE E ALTAMENTE DIVERSIFICADOS

Agregados familiares agrícolas de subsistência que combinam a sua elevada produção de culturas alimentares para o consumo e venda, complementada pela pecuária e actividades não agrícolas.

Características gerais

O Grupo 5 compreende AFs com uma produção elevada. Similarmente ao Grupo 3, os AFs do Grupo 5 estão direccionados a produção e venda de culturas alimentares do que a culturas de rendimento. O Grupo 5 representa 28% do total da população rural de Moçambique e está disperso em quase todas as províncias, mas mostra uma maior concentração nas províncias da Zambézia e Nampula (20%-30% cada).

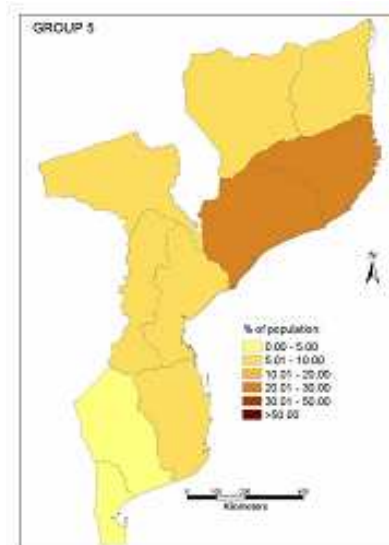
Capitais de subsistência

O Grupo é mais ou menos diversificado em termos de acesso à terra, mais de dois terços (69%) possuem pelo menos 0,25 de hectares de terra em zonas altas e mais de um quarto (29%) possuem pelo menos 0,25 hectares de terra em zonas baixas. Estes agregados cultivam essencialmente culturas alimentares, vegetais e hortícolas. A produção agrícola média é boa e ocupam o segundo lugar depois da produção dos AFs do Grupo 3.

Os AFs reportam que em média as reservas das suas colheitas podem durar um pouco mais de cinco meses. Uma percentagem estimada em 56% deste grupo reportou que possuem sementes para a próxima campanha. O Grupo 5 ocupa o segundo lugar em termos de produção de animais. Cerca de um quarto (24%) dos AFs possuem pelo menos 10 galinhas, 14% possuem pelo menos cinco animais de pequeno porte e 8% possuem pelo menos uma cabeça de gado.

Tal como o Grupo 2, os AFs do Grupo 5 apresentam um nível elevado de diversificação económica. Mais de 90% dos AFs reportaram mais de uma fonte de rendimento. Os AFs do Grupo 5 reportaram muitas actividades económicas, mas as mais comuns foram a venda de culturas de rendimento e trabalho informal (*ganho-ganho*).

Em suma, constatou-se que o Grupo 5 possui um nível de bem-estar médio. Isto provavelmente se explica em termos simples pela boa produção agrícola complementada por uma base económica diversificada.



Segurança alimentar e consumo dietético

Cerca de um quarto dos AFs possuem uma vulnerabilidade elevada ou muito elevada à InSAN crónica.

Os membros deste grupo tendem a vender a sua produção; por conseguinte, eles dependem tanto da sua produção como da compra, como fontes de alimentos. A proporção da despesa total em alimentos é igual a média para a zona rural de Moçambique (cerca de 50%).

GRUPO 6

AGREGADOS FAMILIARES GRANDES PRODUTORES DE CULTURAS ALIMENTARES E DE RENDIMENTO

Agregados familiares agrícolas de grande escala, geralmente auto-suficientes em termos de culturas alimentares e ganham rendimento adicional com a venda de culturas de rendimento

Características gerais

O Grupo 6 é caracterizado por um pequeno número de produtores de culturas de rendimento. A característica mais distinta dos AFs do Grupo 6 é o cultivo de parcelas de terra relativamente grandes, geralmente em zonas baixas. O Grupo 6 representa aproximadamente 1% do total da população rural de Moçambique. O grupo possui uma forte dimensão geográfica, estando mais concentrado nas províncias de Tete (80%), Cabo Delgado e Niassa.

Capitais de subsistência

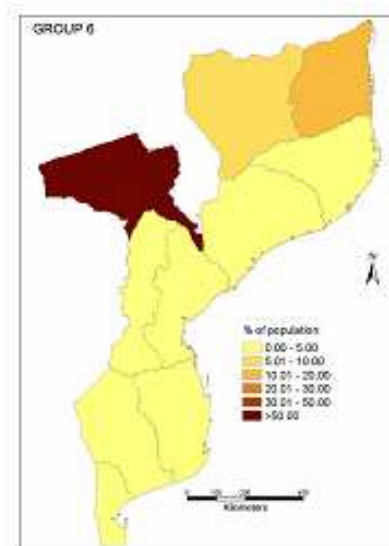
Em termos do acesso à terra, os AFs do Grupo 6 são invulgares. Quase metade (46%) dos AFs possui pelo menos 0,25 hectares de terra nas zonas altas enquanto mais da metade (57%) possui pelo menos 0,25 hectares de terra nas zonas baixas.

Apenas um pouco mais de um quarto (27%) dos AFs deste Grupo não possui qualquer parcela de terra em zonas baixas. O Grupo também possui as maiores parcelas de terra de todos os grupos em zonas quer altas quer baixas.

A produção alimentar básica é máxima e essencialmente usada para o consumo próprio. Isto aumenta o número de meses durante os quais os membros deste grupo se sentem confiantes no seu auto-sustento: mais de sete, o período mais longo de todos os grupos. O sistema de produção é caracterizado por uma baixa diversificação de culturas.

Contrariamente ao optimismo em relação à auto dependência em termos de alimentos, este grupo parece incapaz de manter reservas suficientes de sementes. Contudo, isto parece estar de acordo com o perfil dos produtores de culturas de rendimento que dependem normalmente dos comerciantes para o fornecimento de insumos agrícolas bem como para a venda dos seus produtos. Em termos de pecuária, este grupo possui em média o número mais elevado de pequenos ruminantes. Possui o segundo maior nível de posse de animais de todos os nove grupos. Eles possuem um nível de vida médio.

Segurança alimentar e consumo dietético



Até 90% do milho consumido no agregado familiar provem da produção própria. Em termos de fontes de alimentos, este grupo reporta uma combinação do consumo de produtos básicos, de produção própria, e compra de produtos por eles não produzidos. Na sequência da forte dependência na produção de culturas de rendimento, a proporção de produtos alimentares no total das despesas dos AFs é elevada.

Cerca de um quarto dos AFs possui uma vulnerabilidade elevada ou muito elevada à insegurança alimentar crónica.

GRUPO 7

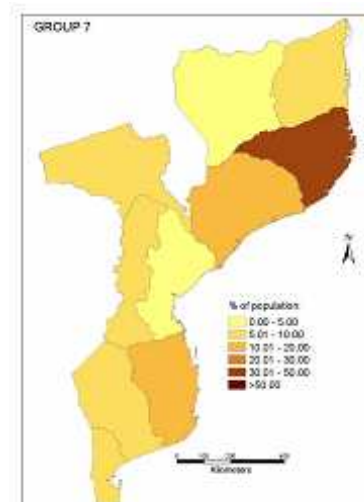
AGREGADOS FAMILIARES COM TRABALHO FORMAL E COMERCIANTES

Agregados familiares peri-urbanos que dependem fortemente do comércio e emprego informal

Características gerais

O Grupo 7 representa AFs que ganham a sua vida com base no emprego formal e/ou comércio. Não é surpreendente o facto de os AFs do Grupo 7 residirem nas zonas peri-urbanas. Assim sendo, a análise dos capitais de subsistência neste estudo, com a sua orientação direccionada aos bens de valor económico numa economia rural, agrícola, não poderá reflectir de forma exacta o nível da segurança de subsistência neste grupo.

O Grupo 7 representa aproximadamente 6% do total da população. O grupo está presente em todo o país, com as maiores concentrações nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane.



Capitais de subsistência

Como pode se esperar de uma população peri-urbana engajada no emprego formal, a proporção dos chefes dos AFs com um nível escolar básico (poder ler e escrever) é significativamente maior no Grupo 7 do que noutros grupos. Mais de quatro- quintos dos chefes dos AFs frequentaram a escola. Nota-se igualmente que o Grupo 7 apresenta uma percentagem acima da média de chefes de AFs com menos de 18 anos de idade.

A posse da terra é baixa neste grupo: menos da metade (46%) dos AFs possui pelo menos 0,25 hectares de terra nas zonas baixas e somente 16% dos AFs, possui pelo menos 0,25 hectares de terras nas zonas baixas. Similarmente, a posse de animais não é significativa. Apenas 12% dos AFs do Grupo 7 possuem pelo menos 10 galinhas, 6% pelo menos cinco animais de pequeno porte e somente 5% possuem pelo menos uma cabeça de gado bovino.

Segurança alimentar e consumo dietético

Os padrões do consumo de alimentos revelam este enfoque peri-urbano. A maior proporção dos alimentos consumidos é obtida através das compras do que da produção. Menos de metade (44%) do milho consumido provém de produção própria.

Porque o nível absoluto do rendimento dos AFs é muito elevado que noutros grupos (o nível da despesa em termos absolutos ocupa o segundo lugar depois do Grupo 8), isto ajuda a reduzir o rácio entre as despesas em alimentos e o total das despesas. Assim, a observação de que a proporção da despesa em alimentos é baixa pode conduzir-nos ao erro, e reflecte uma despesa total elevada em vez duma despesa baixa em alimentos; de facto os membros deste grupo são bem dependentes do mercado em termos do acesso aos alimentos.

GRUPO 8

AGREGADOS FAMILIARES GRANDES PRODUTORES ECONOMICAMENTE ESTÁVEIS

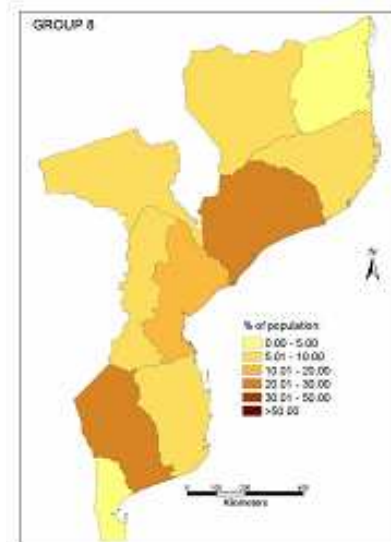
Agregados familiares agrícolas de grande escala que se concentram na produção quer de culturas alimentares quer de rendimento, actividades não agrícolas e pecuária.

Características gerais

O Grupo 8 é composto por AFs agrícolas de grande escala e de alto rendimento que se dedicam numa série doutras actividades de geração de rendimento, incluindo a pecuária. O Grupo 8 representa 11% da população rural de Moçambique. Este grupo está presente em todo o país, com as maiores concentrações nas províncias de Zambézia, Gaza e Sofala.

Capitais de subsistência

O acesso à terra pelos agricultores do Grupo 8 é bom: mais da metade (57%) dos AFs reportaram que possuem pelo menos 0,25 hectares de terra nas zonas altas, e 29% afirmaram possuir pelo menos 0,25 hectares de terra nas zonas baixas – somente 41% dos AFs reportaram que não possuem qualquer parcela de terra nas zonas baixas. Menos de 60% dos AFs reportaram que tinham sementes para a próxima campanha agrícola, mas é de assumir que eles terão de comprar algumas sementes.



Para além da terra, o Grupo 8 possui o maior número dos meios de produção de todos. A criação de animais (bois e pequenos ruminantes) foi reportada como de papel importante na economia dos AFs no Grupo 8, que regista a maior proporção de AFs com bois. Mais de um quarto (27%) dos AFs possuem pelo menos 10 galinhas, 15% possuem pelo menos cinco animais de pequeno porte, e 13% possuem pelo menos uma cabeça de gado bovino.

Para além da agricultura e pecuária, este grupo possui uma base económica excepcionalmente diversificada, incluindo actividades não agrícolas, trabalho informal, e comércio. Mais de 90% dos AFs reportaram mais que uma fonte de rendimentos. Em suma, eles possuem o nível de bem-estar mais elevado de todos os grupos de formas de vida.

Segurança alimentar e consumo dietético

Contrariamente ao Grupo 3, os AFs do Grupo 8 não concentram a sua produção agrícola no seu consumo, e por conseguinte reportaram o número mais baixo de meses de auto-dependência da sua última colheita. Dado o nível elevado do seu rendimento total e o rácio mais elevado de despesas em alimentos em relação às despesas totais, pode-se concluir que o Grupo 8 prefere gastar o rendimento familiar na compra de produtos de alimentação não básicos, diversificando desta forma a sua dieta. A relevância da produção agrícola para o auto-sustento é limitada e este grupo reporta tanto o número mais baixo de meses de auto-dependência e o rácio mais elevado entre as despesas em alimentos e outras despesas.

GRUPO 9

AGREGADOS FAMILIARES DE SUBSTÂNCIA MUITO DEFICITÁRIA

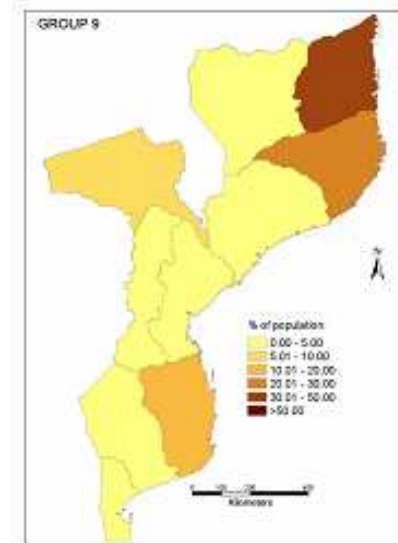
Agregados familiares que perpetuamente “vivem no limite da sobrevivência”

Características gerais

O Grupo 9 engloba o estrato vulnerável de AFs de baixo rendimento e economicamente marginais. Este grupo, que representa 6% da população rural de Moçambique, situa-se em todo o país. Contudo, as maiores concentrações estão nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Inhambane.

Capitais de subsistência

No geral, o Grupo 9 é caracterizado por um baixo acesso a todo o tipo de recursos. Uma fonte de vulnerabilidade encontra-se nos aspectos demográficos do grupo: Possui o maior rácio de dependência, a maior proporção de AFs chefiados por mulheres (mais de 40%), e muitos AFs chefiados por idosos (quase 25%). Somente um terço dos chefes dos AFs afirmaram serem capazes de ler e escrever, e mais da metade (60%) nunca tinham frequentado a escola. Notavelmente, os AFs do Grupo 9 invocaram duas razões pelas quais não frequentam a escola com mais frequência em relação aos outros grupos: o elevado custo do ensino e a necessidade de cuidar dos seus familiares.



O grupo 9 depende essencialmente da monocultura de alimentos de base, sendo a cultura mais comum o milho que é para o seu auto-consumo familiar. O acesso às machambas das zonas baixas é mínimo. Membros dos AFs desses grupos apresentam baixa expectativa em termos do acesso a sementes para a campanha seguinte: pouco mais de um terço. A pecuária é limitada à criação de pequenos animais e galinhas.

Os AFs do Grupo 9 reportam um nível muito baixo de diversificação das fontes de rendimento familiar (somente menos de 5% dos AFs reportaram mais de uma fonte de rendimento familiar). No geral, os recursos humanos dentro do agregado familiar são muito limitados e isto limita fortemente o volume do rendimento obtido.

No global, à semelhança do Grupo 1, tem o nível de bem-estar mais baixo.

Segurança alimentar e consumo dietético

Apesar do reportado fraco acesso aos recursos, este grupo ainda consegue produzir uma boa parte dos alimentos que consome: aproximadamente 70% do milho consumido provém da sua produção, e os AFs deste grupo esperam conseguir sobreviver com sua última colheita durante quatro meses. Contudo, esta distribuição não é suficiente para assegurar a resistência face aos choques comuns: 70% dos AFs do Grupo 9 enfrentam uma vulnerabilidade elevada ou muito elevada à insegurança alimentar crónica.